



Anais da Assembléia

N.05

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE MARÇO DE 1986

ANO XII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 01.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 1986.

(SEGUNDA-FEIRA)

8.191, 8.192, 8.193, 8.194, 8.196, 8.197, 8.200, 8.201, 8.199, 8.208, 8.207, 8.206, 8.203, 8.202, 8.204 e 8.205 respectivamente. Anote-se - Arquive-se.

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Quielse Crisóstomo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Burfara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pêricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os n. DTL/132 a 143, 145 a 147 e 151 a 157/85, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n. 178, 163, 157, 175, 155, 130, 119, 156, 131, 137, 236, 42, 121, 72, 25, 340, 129, 149, 275, 184, 114 e 162/85, os quais convertidos em Lei tomaram os números 8.185, 8.186, 8.187, 8.188, 8.189, 8.190,

Sob os n. DTL/01 a 05, 07 a 20 e 32 a 38/86, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n. 110/84, 322, 324, 327, 325, 326, 335, 334, 342 e e 337/85, 293, 158 e 180/84, 18, 78, 125, 111, 148, 151, 41, 239, 213 e 226/85, 181/84, 132 e 240/85, os quais convertidos em Lei tomaram os n. 8.209, 8.210, 8.211, 8.212, 8.213, 8.217, 8.214, 8.215, 8.218, 8.219, 8.220, 8.221m 8.222, 8.223, 8.224, 8.225, 8.226, 8.227, 8.228, 8.229, 8.230, 8.231, 8.232, 8.233, 8.234 e 8.235, respectivamente. Anote-se - Arquive-se.

Sob o n. 40/86, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei n. 317/85, por julgar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Ofício n. 004/86

Curitiba, 03 de março de 1986.

Senhor Presidente.

Com a presente comunico a Vossa Excelência, e peço que o faça aos Senhores Deputados, que a partir do dia 13 (treze) de fevereiro último estou filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), passando a integrar a sua representação parlamentar neste Poder.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Airton Cordeiro

Mensagens:

MENSAGEM N. 01/86

Curitiba, 03 de fevereiro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para referendo dessa Augusta Casa de Leis, os anexos orçamentos próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, para o corrente exercício.

Tal encaminhamento é feito no sentido de dar cumprimento ao contido no art. 5.º, da Lei n. 8.183, de 09 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para 1986.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 02/86
Curitiba, 12 de fevereiro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo que o índice de 80,12% (oitenta vírgula doze por cento) correspondente à majoração de vencimentos e vantagens do funcionalismo público estadual concedida pela Lei n. 8.210, de 30 de dezembro de 1985, fica acrescido, a partir de 1.º de janeiro de 1986, de mais de 9,23 (nove vírgula vinte e três) pontos percentuais, perfazendo um total de 89,35% (oitenta e nove vírgula trinta e cinco por cento) e que o Chefe do Poder Executivo baixará decreto atualizando as tabelas dos referidos vencimentos e o valor das vantagens em decorrência de tal acréscimo.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis, reveste-se de alto significado e consulta aos superiores interesses da Administração, constituindo-se numa demonstração inequívoca da constante preocupação do Governo em manter a remuneração dos servidores públicos em níveis justos e atualizados, respeitada, obviamente, a atual conjuntura orçamentária e financeira do Estado.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n. 182/86, do Senhor Secretário de Estado da Administração, a mim dirigido em 20 do corrente mês, cujos termos ratifico, apresenta maior detalhamento sobre o assunto versado na presente preposição.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - O índice de 80,12% (oitenta vírgula doze por cento) correspondente à majoração de vencimentos e vantagens do funcionalismo público estadual concedida pela Lei n. 8.210, de 30 de dezembro de 1985, fica acrescido, a partir de 1.º de janeiro de 1986, de mais 9,23 (nove vírgula vinte e três) pontos percentuais, perfazendo um total de 89,35% (oitenta e nove vírgula trinta e cinco por cento).

Art. 2.º - O Chefe do Poder Executivo baixará decreto atualizando as tabelas de vencimentos e o valor das vantagens atingidas por esta Lei.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1.º de janeiro de 1986.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ofício n. 182/86-GS

Curitiba, 20 de janeiro de 1986.

Excelentíssimo Senhor Governador.

Pela Lei n. 8.210, de 30 de dezembro de 1985, publicada no Diário Oficial n. 2.187, de 2 de janeiro do corrente ano, foram majorados, a partir de 1.º de janeiro de 1986, os vencimentos do funcionalismo civil e militar do Estado, com a concessão de um reajuste generalizado em 80,12% (oitenta vírgula doze por cento), que correspondia ao índice de reajuste do salário-mínimo, decretado com vigência a partir de 1.º de novembro de 1985.

Ocorre que, no lapso de tempo decorrido entre a realização dos estudos para o reajuste e a tramitação da respectiva Mensagem na Assembléia Legislativa do Estado, o Governo Federal houve por bem alterar os critérios de cálculo, passando do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, bem como adotando a aplicação do índice do mês anterior para corrigir os vencimentos e salários do mês seguinte, quando, na sistemática até então vigente, o índice de correção era o divulgado dois meses antes, ou seja, em janeiro de 1986 os vencimentos seriam corrigidos pelo INPC de novembro de 1985, que fora de 79,93% (setenta e nove vírgula noventa e três por cento).

Com a alta inflação verificada no mês de dezembro de 1985, cujo índice de IPCA somente pôde ser divulgado nos últimos dias do mês, na ordem de 89,35% (oitenta e nove vírgula trinta e cinco por cento), o índice de reajuste estadual que havia sido proposto e aprovado, embora superior ao INPC de novembro de 1985, que em condições regulares seria aplicado ao reajuste de janeiro de 1986, acabou resultando em 9,23 (nove vírgula vinte e três) pontos percentuais abaixo do IPCA de dezembro de 1985 que, atualmente, é aplicado às correções de vencimentos e salários referentes a janeiro de 1986.

Aliás, cumpre observar que idêntico problema aconteceu com o reajuste de vencimentos dos servidores federais, em que o Governo adotou a providência de baixar o Decreto-lei n. 2.281, de 17 de janeiro de 1986, para complementar o reajuste geral concedido, que foi de 75% (setenta e cinco por cento).

Assim sendo, estamos propondo a Vossa Excelência o encaminhamento de Mensagem ao

Poder Legislativo, concedendo o percentual complementar de 9,23 (nove vírgula vinte e três) pontos percentuais e autorizando o Poder Executivo a alterar e fazer publicar as tabelas de vencimentos e os novos valores das vantagens atingidas pela lei.

Respeitosamente,

(a) JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER
Secretário de Estado

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Resolução n. 147/85, que autoriza a realização de plebiscito em área que especifica no Município de Tapira.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, regime de urgência para a tramitação dos Projetos de Lei n.:

- 187/85, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE HOSPITALAR DOS TRABALHADORES RURAIS DE VERÊ;

- 281/85, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Jaguapitã, imóveis de sua propriedade que especifica;

- 294/85, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CRISTIANISMO DECIDIDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, de Curitiba;

- 295/85, que declara de utilidade pública o RECANTO DA CRIANÇA ALAN KARDECK, de Apucarana;

- 169/85, que declara de utilidade pública a CASA DO ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA;

- 250/85, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO NÚCLEO HABITACIONAL OSVALDO CRUZ, de Curitiba;

- 286/85, Mensagem que objetiva doar ao Município de Arapoti imóvel com benfeitoria que especifica.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Líderes que este subscrevem, REQUE-REM, após ouvido o Plenário, a prorrogação por 60 (sessenta) dias dos trabalhos das Comissões Técnica da Casa. Pois encontram-se em tramitação várias matérias urgentes, necessitando de pareceres técnicos.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(aa) GILBERTO CARVALHO (PFL)

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (PDS)

MÁRCIO ALMEIDA (PCB)

ANTÔNIO BELINATI (PDT)

CAÍTO QUINTANA (PMDB)

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Comunico que em data de 31 de janeiro próximo passado passei a integrar a Banca do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, com representação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOÃO BRINSKI, ocorrido nesta Capital, nesta data.

Pertencente a tradicional família, o extinto deixa viúva a Senhora SÍLVIA BRINSKI e os filhos Osni e Cerli e netos.

O passamento do Senhor João Brinski, veio abrir lacuna irreparável no seio da família, como de resto seu grande círculo de amizade. Os dotes morais com que sempre regeram sua vida, quer familiar, quer no seio da comunidade, jamais serão esquecidos e ficarão como exemplo.

Desta decisão, requer ainda, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e com inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, de VOTO DE PROFUNDO PESAR, pelo falecimento do Senhor JOÃO OTAIR MEDINA, ocorrido no último dia 28 de fevereiro de 1986.

O extinto era filho do casal ANTÔNIO MEDINA e LETÍCIA FORONE MEDINA, residentes em Ivaiporã; deixa viúva a Senhora SÔNIA MARIA MEDINA e duas (02) filhas menores.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares, dirigindo-se para: Excelentíssima Senhora SONIA MARIA MEDINA, Rua Marquês de Abrantes, n. 47, Zona 7, 87.100 - MARINGÁ - PARANÁ.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consig-

nação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital da Senhora JOANA D'ARC LUPION GÂNDARA.

Tal passamento vem consternar a nossa sociedade face a extinta ser tronco de tradicional família curitibana.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, à Rua Prof. Duílio Calderari, n. 495, Hugo Lange.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ZELINDO BRANCO, ocorrido no dia 29/12/85 na cidade de Joaçaba.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O extinto deixou viúva, Dona Julieta Branco e os seguintes filhos: Oscar, Walter, Caetano, Gilberto, Marlene, Marly e Estela, além de vários netos.

Além de grande empresário em Santa Catarina, bem como no Estado do Paraná, exercia liderança incontestada no seio da comunidade pela sua permanente preocupação pelos mais necessitados a quem sempre acolheu com carinho e dedicação.

Seu falecimento deixou lacuna irreparável que jamais será preenchida, especialmente pelos dotes morais com que sempre regeram sua vida, quer familiar, quer no seio da comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor AYRTON GAMBASSI, ocorrido em 21 de fevereiro de 1986, na cidade de Ponta Grossa.

Membro de tradicional família pontagrossense, o Senhor AYRTON GAMBASSI, era casado com a Senhora Cacilda Dechant Gambassi e pai de Agenor Gambassi Sobrinho, Elizabethe de Fátima Gambassi Skalinski, Áurea Maria Gambassi e Ayrton Gambassi Júnior.

O fato abalou profundamente a socieda-

de pontagrossense, onde gozava de grande estima e respeito.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Balduino Taques, 140, Ponta Grossa, Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ALFONSO FRANCISCO URLICH, ocorrido em União da Vitória, a 08 de fevereiro último.

Pertencente a tradicional família daquela cidade, o extinto era casado com a Senhora Leonilda Urlich, comerciante, ex-Vice-Prefeito Municipal de União da Vitória, ex-Presidente da Associação Comercial e Industrial daquele município, pai de família exemplar.

O passamento de Alfonso Urlich, veio abrir enorme lacuna no seio da família e a sociedade local, onde gozava do mais alto conceito junto aos inúmeros amigos que possuía na comunidade.

Desta decisão, requer ainda, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora JOANINA SOBOTA, ocorrido na cidade de União da Vitória.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A extinta deixou viúvo o Senhor Boleslau Sobota e sete filhos, entre os quais, o Vereador de União da Vitória, Henrique Sobota, deixando lacuna irreparável pelos dotes morais com que sempre regeram sua vida, quer familiar, quer no seio da comunidade.

Seu desaparecimento vem consternar não somente seus familiares, como de resto todo seu grande círculo de amizade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, VOTO DE PROFUNDO PESAR, pelo falecimento do Senhor JOSÉ BALDON, ocorrido nesta data na cidade de Ivaiporã.

Requer, ainda, que o presente se dê ciência aos familiares do extinto através do Senhor JOÃO KOZAN SOBRINHO, residente à Avenida Maranhão, s/n naquela cidade. Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, VOTO DE PESAR, pelo falecimento do Senhor ANTÔNIO CABIANCHI, ocorrido na cidade de Santa Izabel do Ivaí. Que da decisão, se dê ciência à família enlutada, através da Câmara de Vereadores do Município. Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Vítima de acidente automobilístico ocorrido ontem, dia 02, faleceu em Santa Izabel do Ivaí, o Senhor ANTÔNIO CABIANCHI. O povo de Santa Izabel do Ivaí está consternado e entristecido com o desaparecimento de mais um de seus pioneiros. Cumpre a este Poder, prestar reverência à sua memória.

Além de morador antigo naquele município noroestino, o Senhor ANTÔNIO CABIANCHI destacava-se entre os seus concidadãos, pela sua dedicação às causas preservacionistas da natureza.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido um voto de congratulações pela designação do Deputado Deni Schwartz para o cargo de Ministro do Desenvolvimento Urbano da República, bem como se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB e Governo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Doutor DENI LINEU SCHWARTZ, pela sua assunção no Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Senhor Ministro. Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná está perfeitamente representado no primeiro escalão da Nova República, com a indicação do Engenheiro Deni Lineu Schwartz para o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Trata-se de nome extremamente competente, de capacidade técnica comprovada, nos cargos executivos que exerceu, inclusive com formação política exemplar.

Todos os paranaenses manifestaram-se honrados e gratificados pela escolha feita pelo Excelentíssimo Senhor Presidente José Sarney, de um homem dotado de capacidade para traçar e definir toda a política de desenvolvimento urbano no Brasil.

O Paraná tem certeza que o novo Ministro saberá enfrentar mais este desafio com lealdade, sacrifício, responsabilidade e com seu impostergável comportamento moral, equacionando de forma integrada os problemas do violento e descontrolado processo de urbanização e da crescente deterioração do meio ambiente.

As soluções para esse problema exigem fórmulas adequadas para promover reformas estruturais, para uma efetiva democracia social e econômica desta grande Nação.

Sua Excelência está preparado para mais este sacrifício.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações aos funcionários da agência do INAMPS de Londrina, pela eleição realizada para a escolha do novo chefe daquela agência.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Anexamos ao presente requerimento a reportagem do jornal "Folha de Londrina" do dia 20/02/86, que mostra a importante conquista dos funcionários do INAMPS de Londrina.

SERVIDORES ELEGEM O NOVO CHEFE DO INAMPS

Conseguindo 53 por cento dos votos nas eleições realizadas segunda-feira, Paulo Roberto Gutierrez venceu outros dois candidatos e foi eleito o novo chefe do Serviço Médico Social da agência do INAMPS de Londrina, que abrange cerca de 20 municípios da região. Esta foi a primeira vez que os servidores escolheram um chefe para

o SMS, já que este cargo é de confiança do superintendente do INAMPS no Estado.

Na eleição, compareceram às urnas 173 dos 195 servidores em condições de votar. Ontem eles entregaram ao atual chefe do SMS um documento que será enviado ao superintendente do INAMPS do Paraná, Idelcino Tavares da Silva, comunicando o resultado da apuração dos votos. Ainda não foi definida a data para a posse do novo chefe, mas, deve ocorrer em breve, pois o atual chefe já pediu demissão do cargo.

ELEIÇÕES DIRETAS

Para Paulo Gutierrez "é importante que esta primeira experiência se consolide e que este exemplo seja seguido por outras agências do Paraná e do País". Ele garantiu que os novos chefes do Posto de Assistência Médica e do Controle de Serviços - que normalmente é nomeado pelo chefe do SMS, já que são cargos de confiança - serão também escolhidos por eleições diretas. Outros cargos que sempre foram ocupados por indicação dos chefes do PAM e do Controle de Serviços serão escolhidos pelos servidores em eleições diretas.

Para isso, a comissão que cuidou do processo de eleição para a chefia do SMS já está trabalhando no sentido de estruturar as eleições em todos os níveis. Lembrando que este compromisso foi assumido em sua campanha, Gutierrez disse que os outros dois candidatos também se comprometeram, antes da votação, para que o candidato mais votado assumisse a chefia não havendo a necessidade de encaminhar uma lista tríplice do superintendente.

Ana Maria Moraes, da comissão dos servidores, disse que "os políticos queriam ouvir os servidores e a eleição é a nossa resposta.

Agora é só nomeá-lo". Segundo ela, o superintendente do INAMPS deseja que o processo que ocorreu em Londrina surta o melhor efeito possível para que se estenda por todo o Estado".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de um voto de regozijo que ficaria consignado na ata dos trabalhos de hoje dirigido ao Jornal "PARANÁ OESTE" na pessoa de seus ilustres diretores - Dr. Giovane Battista Galetto e Paulo Roberto Pegoraro - pelo seu surgimento.

Pede ainda o envio de cópia do presente expediente aos seus diretores supracitados no seguinte endereço: Avenida Brasil, 2255, 1º andar, conjunto 1 - Cascavel-Pr.

Curitiba, segunda em, 03.03.86

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

É com imensa alegria que acolhemos a chegada do Jornal "PARANÁ OESTE".

O seu nascimento beneficiará toda a região oeste em defesa aos interesses dos municípios paranaenses e contribuirá a nível de informações e soluções para a melhoria das condições de vida da população do nosso Estado.

Sob a direção dos jornalistas Giovane Battista Galetto e Paulo Roberto Pegoraro e com uma equipe de profissionais da mais alta qualificação, o Jornal "PARANÁ OESTE" será sem dúvida um sucesso, pois surge com uma excelente proposta em defesa dos elevados interesses que vem ao encontro dos paranaenses, notadamente aqueles que residem no Oeste do Estado e que criam um novo modelo de civilização no maior berço de produção agrícola do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, um voto de solidariedade ao Promotor de Justiça da Comarca de Cascavel, Doutor Carlos Bachinski, pela sua exemplar atuação no Ministério Público e pelas ofensas descabidas feitas pelo Chefe do Executivo Municipal.

Pede ainda, envio de cópia do presente expediente, ao Dr. Carlos Bachinski - Av. Paraná, 2430, ap.21 - Cascavel.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

O motivo deste é apresentar um voto de solidariedade ao Sr. Doutor Carlos Bachinski face às injustiças e pressões políticas que vêm sofrendo.

Todos nós paranaenses, notadamente o povo cascavelense reconhecemos o trabalho e a firmeza de caráter do ilustre Promotor. Por isso, deixamos consignado na ata da Assembléia Legislativa do Paraná, nosso repúdio às acusações que lhe são dirigidas pelo Prefeito de Cascavel, Fidelcino Tolentino, procurando depreciar a atuação do operoso Bacharel, como promotor e curador da Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado o seguinte Telex: "PRESIDENTE JOSÉ SARNEY" - PALÁCIO DO PLANALTO - BRASÍLIA - DF. O Programa de estabilização econômica lançado

pelo Governo de Vossa Excelência, com a extinção da correção monetária e criação do novo padrão monetário, além da proteção do valor real dos salários, recebeu a melhor acolhida entre os paranaenses. Ademais, o prestígio geral da opinião pública brasileira, com todo o povo demonstrando interesse em ajudar no congelamento dos preços como fiscal do Presidente, reflete a ampla aceitação da corajosa iniciativa do Governo de Vossa Excelência.

Confiando no acerto das medidas adotadas, e na serena firmeza com que Vossa Excelência, implantou o novo sistema, expresse ao ilustre homem público a mais calorosa aprovação pelo caminho adotado, que haverá de redimir o Brasil e construir definitivamente a Nova República".

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve, solicita que ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, José Sarney, no sentido de que sejam adotadas medidas complementares no pacote econômico visando a estabilidade no emprego, enquanto vigir o congelamento de preços.

Nossa preocupação se prende às manifestações de alguns empresários de que o congelamento de preços acarretará prejuízos e, desta forma, ameaçam reduzir o número de funcionários com o objetivo de continuar garantindo lucros. Para evitarmos uma crise, com o desemprego, esperamos que o Presidente da República, José Sarney, complemente as medidas para recuperar a Nação, estabelecendo garantias dos empregos, salvo os casos da extrema necessidade (justa causa).

De antemão, agradecemos.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) ANTONIO BELINATI.

Líder do PDT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig - Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de contorno rodoviário pavimentado de Quatro Pontes, Sarandi e Vila Nova, na rodovia ligando Marechal Cândido Rondon, até o trevo de Vila Nova, no Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Conforme proposição aprovada pela reunião plenária da CACIOPAR em data de 22 e 23 de novembro de 1985 na cidade de Paranaguá, a pedido da ACICAMAR- (Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon) transcrevemos na íntegra a justificativa apresentada desta Associação.

Considerando, o alto número de veículos que trafegam por este trajeto, das regiões Sul e Oeste do Paraná e Estados circunvizinhos, para Guaíra, Paraguai e Mato Grosso do Sul e vice-versa, e que este é o único trajeto asfaltado para os rondonenses se deslocarem a Cascavel e a Capital do Estado.

Considerando, que este trajeto asfaltado foi construído da maneira mais simples para atender o município, mas com o grande fluxo de veículos, inclusive o transporte pesado, e com o passar do tempo tem se deteriorado em sua grande maioria, oferecendo atualmente precárias condições de tráfego, com o movimento de veículos pelo centro destas localidades, tendo obrigatoriamente que passar diversas lombadas em cada distrito, prejudicando assim os pneus dos carros de carga e castigando o próprio veículo, além do considerável desperdício de tempo e o grande perigo para os habitantes destas localidades, principalmente as crianças.

Considerando, que com a necessidade existente da reformulação deste trecho asfáltico, a construção destes desvios em pouco viria onerar, compensando diretamente com a diminuição do custo do transporte que neste trecho representa mais de 20%, avultando muito as empresas que por ali transitam com seus caminhões diversas vezes ao dia.

Considerando, que com a ligação asfáltica de Marechal Cândido Rondon a Foz do Iguaçu, e principalmente a conclusão da Ponte de Ilha Grande em Guaíra, o tráfego oriundo ao Mato Grosso aumentará consideravelmente, havendo por prioridade a reformulação deste trecho asfáltico.

Contamos com o apoio dos nobres Deputados na aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador JOSÉ LEMOS FILHO, Digníssimo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, solicitando a expedição de resolução regulando a forma da consulta plebiscitária a ser realizada na área descrita na Resolução n. 09/82, desta Assembléia Legislativa, de 1.º de setembro de 1982, publicada no Diário Oficial do dia 09 de setembro de 1982, para que a respectiva população de-

cida sobre a criação do Município de Campo Bonito, atual Distrito de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A resolução que regula a forma da consulta plebiscitária é de competência do Tribunal Regional Eleitoral, consoante ao Art. 3.º, parágrafo único, da Lei Complementar Federal n.º 1, de 09 de novembro de 1967.

A Lei Complementar Federal n.º 39, de 10 de dezembro de 1980, alterando a redação do Art. 6.º da Lei Complementar Federal n.º 28, de 18 de novembro de 1975, delegou a cada Estado, a competência para determinar o período em que pode ser feita a criação de municípios, através de legislação específica que dispõe sobre a organização municipal.

Por sua vez, a Lei Orgânica dos Municípios (Lei Complementar n.º 27, de 08.01.86), no seu Art. 6.º, parágrafo único, frisa que somente não poderão ser criados municípios no ano das eleições municipais.

Depreende-se, dessa forma, pelos dispositivos legais acima mencionados, que não há óbice legal que impeça a realização de consulta plebiscitária na área a ser emancipada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado e a Senhora Secretária da Educação, consubstanciado em proposição visando a implantação, a partir do ano letivo de 1987, no currículo das escolas de 1.º e 2.º graus da rede estadual de ensino do Paraná, da cadeira de Ecologia e Defesa do Meio-Ambiente.

Tal matéria de caráter obrigatório deverá ser ministrada desde o 1.º ano pelo primeiro grau até a 3.ª série do Segundo grau, obedecidos os seguintes critérios:

I- A finalidade pedagógica dessa Cadeira é a formação de uma mentalidade ecológica nas novas gerações, visando fornecer ao estudante noções básicas sobre a preservação do ecossistema e sua compatibilização com o necessário desenvolvimento econômico-social do Estado;

II- A Cadeira de Ecologia e Defesa do Meio-Ambiente se dividirá em programa teórico e prático. A parte teórica deverá recolher o acervo de conhecimento hoje à disposição dos educadores, a partir de experiências científicas desenvolvidas pelas universidades paranaenses, com vistas à preservação de nosso meio ambiente, produção científico-acadêmica de autoridades de

notório saber na área; e também recolher conhecimentos já sistematizados da realidade ecológica do Estado, frutos de trabalhos de geógrafos, engenheiros florestais e engenheiros agrônomos, biólogos e entidades oficiais como a SUREHMA, Defesa Civil, Centro de Biologia Marinha da Universidade Federal do Paraná, etc.

III- A Cadeira de Ecologia e Defesa do Meio Ambiente terá seu programa básico montado com o apoio de pedagogos que também recolham de organismos internacionais e nacionais - como FAO e UNESCO, e a Secretaria da Defesa do Meio Ambiente, da Presidência da República, elementos essenciais para a consecução de tais propósitos;

IV- A Cadeira de Ecologia e Defesa do Meio Ambiente será minuciosamente elaborada com vistas à gravidade que assume, no Estado, a necessária compatibilização do desenvolvimento econômico-social do Paraná com a qualidade de vida ambiental. Assim, entidades da iniciativa privada representadas por organismos como a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Federação das Associações Comerciais do Estado do Paraná, Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná e sindicatos rurais de cada município, como também a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná deverão obrigatoriamente ser ouvidos, oficialmente, pelo organismo competente (Conselho Estadual de Educação e/ou Secretaria de Educação) com vistas ao fornecimento de subsídios à implantação da Cadeira e à montagem do currículo;

V- O Conselho Estadual de Educação do Estado determinará, dentro da carreira do magistério da rede estadual de ensino, os professores cuja formação científica melhor se adaptem à ministração do programa de ensino que ora se propõe;

VI - A Cadeira de Ecologia e Defesa do Meio Ambiente, na sua parte prática, envolverá, em cada cidade, sistemático trabalho de visitação e contatos com entidades públicas e privadas que, de alguma forma, pela natureza de sua atuação, possam contribuir para o enriquecimento dos conhecimentos teóricos. Os estudantes, em tal prática, farão visitas e/ou estágios em indústrias, sistemas de abastecimento de água e esgoto, laboratórios de análises de solos, estações de industrialização de lixo ou resíduos industriais, etc., parques industriais, áreas de manejo de florestas e viveiros florestais.

VII- A Cadeira de Ecologia e Defesa do Meio-Ambiente terá caráter obrigatório, na rede estadual do ensino do Estado, em nada se diferenciando das demais quanto aos créditos necessários para o aproveitamento

final do aluno em seus exames anuais.

VIII- A regulamentação da Cadeira de Ecologia e Defesa do Meio-Ambiente preverá exames finais optativos, entre provas teóricas ou apresentação de trabalhos práticos, por alunos, em grupo ou individualmente.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) PÉRICLES PACHECO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Doutor Raphael de Almeida Magalhães, solicitando a criação de escritório do FUNRURAL para atendimento a trabalhadores rurais dos municípios de Sarandi, Cruzeiro do Sul e Iguaraçu, visto as grandes dificuldades encontradas por esses trabalhadores em conseguir atendimento fora de seus municípios de origem.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SANEPAR, Senhor Fabiano Saporitti Campelo, solicitando a expansão da rede para atendimento também ao Distrito de Santa Felicidade, Município de Tapira, o que muito viria beneficiar a população local.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Doutor Francisco Antonio de Albuquerque, solicitando a criação de uma unidade de armazenamento da COPASA no Município de São Jorge do Patrocínio, visando melhor atendimento aos agricultores da região.

Outrossim, solicita que da decisão deste Plenário, seja dado ciência ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Jorge do Patrocínio, Senhor Darci José de Aguiar.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no

uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Engenheiro Heinz Georg Herwig, solicitando providências no sentido de executar a pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de Maria Helena a Carbonera, Vila Formosa e Douradina.

Tal medida é de extrema importância para toda aquela região, pois facilitará o escoamento de safra, bem como a locomoção da clientela escolar, o que no momento encontra-se gerando dificuldades, dada a erosão e outros problemas que dificultam a conservação do citado trecho rodoviário.

Outrossim, solicita que da decisão deste Plenário, seja dado ciência aos Excelentíssimos Prefeitos Municipais de Maria Helena e Douradina, bem como aos Excelentíssimos Senhores Vereadores dos citados Municípios.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUREHMA, Senhor Cléverson Vitório Andreoli, no sentido de se proceder a uma análise da água do Rio Ivaí, nas imediações do Município de Tapira, aonde, segundo denúncias da população local, estaria sendo despejado o vinhoto por destilarias próximas, causando grandes prejuízos à agricultura e a ecologia.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Engenheiro Heinz Georg Herwig, solicitando a execução de pavimentação asfáltica na rodovia que liga o Município de Boa Esperança ao de São Jorge do Patrocínio, o que constitui antiga e justa reivindicação dos habitantes dessa vasta região, facilitando o tráfego e o escoamento de safras.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, depois de ouvido o Plenário, seja enviado ao Senhor JOSÉ RICHÁ, DD. Governador do Estado, expediente solicitando providên-

cias no sentido de que sejam empossados os membros do Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Em 19 de setembro de 1985, através do Decreto n. 6347 Vossa Excelência nomeou o Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social, mas para que o mesmo possa efetivamente contribuir com os setores de saúde e educação, é importante que os membros venham a ser empossados o mais breve possível.

Com cópia para os representantes de Associações de Deficientes, conforme página 2 do Decreto 6347.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ DECRETO N. 6347

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, tendo em vista o disposto no art. 8.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 4.446, de 06 de dezembro de 1984,

Resolve nomear, para comporem o Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social, com o mandato previsto no art. 9.º, do referido Regulamento:

Presidente:

. Secretária de Estado da Educação

. GILDA POLI ROCHA LOURES

Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social.

. LUIZ CORDONI JUNIOR

Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa:

. Deputado MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA.

Presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa:

. Deputado RUBENS BUENO.

Trabalhadores com deficiência ou parentes de pessoas físicas ou mentalmente deficientes:

. JOSÉ ANÉSIO MONTINI - Clube dos Amigos dos Deficientes Físicos - Cambé.

. VALDOMIRO VALENTIN TEODORO - Associação Feminina de Amparo ao Deficiente e Recém-Nascido;

. ALICE DE CASTRO - Associação de Educação Familiar e Social do Paraná; e

. ANTONIO MIOZZO - Associação dos Deficientes físicos do Paraná.

Representantes de Associações de Deficientes.

. ABRAÃO BATISTA RIBEIRO - Clube dos Amigos dos Deficientes Físicos - Telêmaco Borba;

. ALBERTO A.O. NOGUEIRA - Clube dos Amigos dos Deficientes Físicos - Grande

Curitiba, segunda, em 03.03.86

Curitiba;

. JOSÉ JOAREZ MARTINS - Associação dos Deficientes Visuais;

. CYRENE RIBAS DINIZ - Associação dos Colaboradores da Escola para Surdos Ephe-ta;

. RAFAEL POLO FERRER - Associação dos Surdos do Paraná;

. RAFAEL CORREIA DE OLIVEIRA e IRAJÁ BRITO VAZ - Associação dos Deficientes Físicos do Paraná; e

MARTHA SOARES - Associação Feminina de Educação à Criança Excepcional.

Curitiba, em 19 de setembro de 1985.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

GILDA POLI ROCHA LOURES

Secretária de Estado da Educação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, da matéria intitulada "É preciso Voltar os Olhos para a Natureza", publicada na "Folha de Londrina", do dia 09 de fevereiro de 1986, de autoria do jornalista Edinelson Alves.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 06/86 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Os serviços de assistência judiciária e de defensoria dativa serão prestados, na forma da lei, pelos Procuradores do Estado e Advogados, nas comarcas de Curitiba e do interior do Estado, respectivamente, perante a Justiça Civil, Penal e de qualquer outra natureza;

Art.2.º - O patrocínio de assistência judiciária ou defensoria dativa ao necessitado, nas comarcas do interior, será exercido por advogado sem vínculo empregatício com o Estado;

§ 1.º - Para os efeitos desta lei, considera-se:

a) - assistente judiciário o advogado nomeado pela Seção ou Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Juiz de Direito ou pelo Serviço de Assistência Judiciária, para patrocinar a causa do necessitado, depois de deferido o pedido em juízo;

b) defensor dativo o advogado nomeado pelo Juiz de Direito para promover a defesa, em processo criminal, do acusado ausente, foragido, ou sem meios para constituir defensor;

§ 2.º - A pessoa que fizer jus ao be-

nefício indicará o assistente judiciário ou defensor dativo de sua preferência, com a respectiva declaração de aceitação do encargo;

Art.3.º - Se não ocorrer a indicação do interessado será nomeado advogado sem impedimento para funcionar na causa, na própria ou em comarca próxima, com obediência, quanto possível, à especialização do profissional;

§ 1.º - A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, remeterá, anualmente, ao Procurador Geral do Estado, a lista dos Advogados militantes em todas as comarcas, com o número de inscrições de cada um e a indicação da respectiva especialidade;

§ 2.º - Em falta ou impedimento do advogado inscrito na comarca, poderá ser nomeado profissional de unidade próxima. Não sendo também possível a nomeação na forma estabelecida neste parágrafo, o Juiz de Direito solicitará ao Serviço de Assistência Judiciária a indicação de advogado para patrocinar a causa, dentre os relacionados na lista de que trata o § 1.º;

§ 3.º - Deverá ser mantido, quando possível, o critério de rodízio na distribuição dos encargos de assistência e defensoria dativa;

§ 4.º - Os advogados serão excluídos da lista de que trata o § 1.º deste artigo se o requererem, ou na hipótese de recusa do mandato, por três vezes, sem motivo justo. A recusa, nessas condições, será informada à Secretaria da Diretoria do Foro, que manterá registro especial a respeito.

Art.4.º - Quando o beneficiário da assistência judiciária for vencido na causa, nos casos de defensoria dativa do réu pobre, e na hipótese prevista na parte final do art.6.º, o profissional nomeado, a título de remuneração pelos serviços prestados, terá o direito de perceber os honorários arbitrados pelo Juiz de Direito, observando o seguinte:

I - a Procuradoria Geral do Estado baixará, até o último dia do mês de fevereiro de cada ano, tabela contendo valores máximo e mínimo para cada espécie de feito;

II - obedecendo aos limites máximo e mínimo, o Juiz de Direito, após o trânsito em julgado da sentença, fixará o valor a ser pago ao advogado nomeado, atendidos:

a) - o grau de zelo e competência do profissional, inclusive no que concerne à interposição dos recursos cabíveis;

b) - o lugar de prestação do serviço;

c) - a natureza e a importância da causa, o aprimoramento do trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para a prestação de seu serviço;

1.º - É condição essencial para a percepção da remuneração estabelecida o acom-

panhamento do processo, com dedicação e interesse, em todas as suas fases, até o trânsito em julgado da sentença;

§ 2.º - Em caso de substituição do advogado nomeado, por motivo justo, a sua remuneração e a do que houver substituído serão fixadas proporcionalmente aos serviços que cada qual tiver prestado, obedecendo aos mesmos critérios no caso de defensoria dativa;

Art.5.º - Do mesmo modo e segundo as condições estabelecidas no artigo anterior e seus parágrafos, também terá direito à remuneração ali referida o advogado que exercer patrocínio em procedimento de jurisdição voluntária;

Art.6.º - Quando o beneficiário da assistência patrocinada por advogado for vencedor na causa, proceder-se-á, no que concerne aos honorários, na forma do art.11 e seus § 1.º da Lei n.1.060, de 5 de fevereiro de 1950, desde que o vencido não seja também beneficiário de assistência judiciária;

Art.7.º - Quando a assistência judiciária for prestada por Procurador do Estado, este não fará jus a qualquer remuneração, além dos próprios vencimentos ou salários. Nessa hipótese, se o assistido for vencedor na causa, os honorários a serem pagos pelo sucumbente serão recolhidos como receita do Fundo de Assistência Judiciária, criado pelo art.11 desta lei;

Art.8.º - Estende-se o direito de recebimento de honorários:

I - ao advogado nomeado curador de acusado menor;

II - ao advogado nomeado curador especial e curador à lide (art.19.º, 1.042 e 1.179 do Código de Processo Civil);

Art.9.º - Além da hipótese prevista no § 1.º do art.4.º, não será devida a remuneração de que trata esta lei ao advogado nomeado para a prestação de assistência judiciária, quando:

I - mesmo após a sentença final, o assistido perder a condição legal de necessitado;

II - houver transação ou conciliação de que resulte, para o assistido, vantagem econômica expressiva, ou para o advogado a percepção efetiva de honorários;

III - ocorrer a extinção do processo, por ação ou omissão imputável à sua responsabilidade, nos casos previstos no art.267, incisos I, II, III, IV, V e VI, do Código de Processo Civil;

Art.10 - O pagamento da remuneração prevista nesta lei far-se-á mediante requerimento do interessado, instruído com certidão ou xerocópia autenticada do ato que a fixou, dirigido ao Procurador Geral do Estado;

§ 1.º - Verificada a exatidão da conta apresentada, a despesa será empenhada pela

dotação orçamentária específica, consignada para o Programa de Assistência Judiciária, e paga com os recursos financeiros disponíveis no órgão;

§ 2.º - A tramitação do processo e o pagamento da despesa não poderão demandar, no total, mais de 60 (sessenta) dias, salvo nos casos em que se tornar imprescindível a realização das diligências;

§ 3.º - A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, poderá credenciar pessoa com a finalidade de acompanhar os processos e fiscalizar a observância do prazo a que se refere o parágrafo anterior;

Art.11 - Fica criado o FUNDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, constituído das custas dos cartórios oficializados do Estado, dos honorários a que se refere o art.7.º e, eventualmente, de recursos oriundos da receita tributária, no montante necessário, em cada exercício, para fazer face às despesas decorrentes da execução desta lei;

Parágrafo Único - os recursos não tributários serão mensalmente transferidos pela Secretaria da Fazenda à Procuradoria Geral do Estado. Os demais, até o limite das dotações orçamentárias e dos créditos especiais ou suplementares abertos, nos momentos em que se fizerem necessários;

Art.12 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotação própria a ser consignada, em cada exercício, no Orçamento Geral do Estado;

Art.13 - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/03/86.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

PROJETO DE LEI N.07/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Reserva o imóvel de propriedade do Estado, constituído pelo lote de terreno do Quadro Urbano da cidade de Reserva, com área total de 1.475,00m². (Um mil, quatrocentos e setenta e cinco metros quadrados) situado à Rua Cel. Rogério Borba s/n, com 29,50m. (Vinte e nove metros e cinquenta centímetros) de frente confrontando com a rua acima mencionada; por 50m. (Cinquenta metros) pelo lado direito, confrontando com a Rua Benjamin Constant; por 50m. (Cinquenta metros) pelo lado esquerdo, confrontando com o imóvel de propriedade do Senhor Deocleciano Batista Carneiro; e 29,50 (Vinte e nove metros e cinquenta centímetros) pelos fundos, confrontando também com o imóvel de propriedade do Senhor Deocleciano Batista Carneiro, fechando o perímetro. Registro de Imóveis n.10.638 - Livro 3-G -

Curitiba, segunda em, 03.03.86

fls.121 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Reserva.

Parágrafo Único - A presente doação fica gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/03/86.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

JUSTIFICATIVA:

O presente imóvel, objeto de doação do Município para o Estado, foi utilizado anteriormente para as instalações do "Forum" local. Posteriormente, face a construção do novo prédio o imóvel está desativado.

É interesse da Prefeitura local instalar naquele local, após a doação, o novo prédio para a Prefeitura, a Câmara de Vereadores e outras dependências para o atendimento de obras sociais do município de Reserva.

Estas as razões do presente plano de lei de doação que ora apresentamos à consideração dos Nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 08/86

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a Associação Paranaense de Idosos, com sede e foro no município de Curitiba.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/03/86.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Quando jovens e adultos encontramos lugar na sociedade em que vivemos e, também, no seio da nossa família.

Porém, quando atingimos a terceira idade, na grande maioria das vezes, a mesma sociedade que servimos durante anos nos relega a segundo plano.

O idoso apesar de ter sua capacidade intelectual ampliada, pelos anos vividos e pela experiência acumulada, se vê marginalizado até pelos seus próprios familiares, que não desejando a sua companhia acabam por isolá-lo.

Muitos que fizeram e fazem a nossa história são lembrados, mas, a quase totalidade deles é esquecida porém, a todos devemos o nosso respeito e gratidão.

Procurando preencher o espaço vazio na vida dos anciãos e minorar a dor da solidão, foi criada a Associação Paranaense dos Idosos.

Tal Associação, entidade de caráter social, cultural recreativo e filantrópico, destina-se à participação exclusiva de

peçoas com idade superior a sessenta anos.

Tem por objetivos servir de ponto de encontro, a fim de estabelecer sadia convivência entre os associados e, proporcionar aos mesmos atividades sociais, culturais, educacionais, recreativas, de lazer e outros.

Como podemos notar claramente todas essas atividades desenvolvidas levam os idosos a terem um ponto de encontro e, principalmente, levam a valorização da vida nesta última fase.

A Associação Paranaense de Idosos, pelo brilhante trabalho que realiza, pelo amparo que presta às pessoas que ingressam na terceira idade, merece todo o nosso respeito e apoio e, torná-la de Utilidade Pública é ponto de honra para este Poder Legislativo.

PROJETO DE LEI N. 09/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a Câmara Júnior de Pato Branco - CAJUBRAN, com sede e foro no município de Pato Branco.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/03/86.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

A Câmara Júnior de Pato Branco - CAJUBRAN filiada à Federação Nacional das Câmaras Júnior do Brasil e à Jaycees International, tem por objetivo desenvolver as habilidades individuais e estimular os esforços conjuntos das pessoas jovens com o propósito de impulsionar o bem estar econômico, social e espiritual da comunidade.

Procura desenvolver também a consciência cívica e a aceitação das responsabilidades de cidadão, a participação individual em programas internos de capacitação para o desenvolvimento do potencial diretivo, a participação ativa da planificação e execução de programas para o desenvolvimento do indivíduo, a promoção do desenvolvimento econômico, o aumento da compreensão, da boa vontade e da cooperação entre os povos.

Como exemplo da colocação prática dos seus objetivos, através do valoroso trabalho dos seus membros, temos a colaboração prestada, sempre que solicitada, ao IAM - Instituto de Assistência ao Menor, Escritório Regional de Pato Branco, desde a instalação do mencionado Órgão, em 1980.

Em todos os eventos esportivo-culturais promovidos pelo Departamento de Edu-

cação e Cultura daquele município, a CAJUBRAN tem prestado valioso apoio, contribuindo de forma inquestionável para o seu sucesso.

Realiza, também, relevantes serviços e demonstra uma participação ativa há mais de oito anos nos destinos sócio-econômicos da região Pato-Branquense.

Pelo trabalho desenvolvido e, pela sua atuação em prol da sociedade, é merecedora do nosso respeito e admiração, como também o é de reconhecimento deste Poder, que após os trâmites legais deste plano de lei, deverá declará-la de UTILIDADE PÚBLICA.

PROJETO DE LEI N.10/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarada de "Utilidade Pública", a LOJA MAÇÔNICA CAVALEIROS DA ARTE REAL, com sede e foro, em Curitiba - Paraná.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/03/86.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

A LOJA MAÇÔNICA CAVALEIROS DA ARTE REAL, já declarada de "Utilidade Pública" a nível municipal, se constitui numa entidade cultural e filantrópica, sem fins lucrativos, onde se reúnem pessoas de ilibado caráter, imbuídas dos melhores sentimentos de soliedariedade humana, que lutam pelo aperfeiçoamento moral, espiritual e social da humanidade e, que através do cumprimento inflexível do dever, da prática desinteressada da beneficência e da investigação constante da verdade, põem em prática os ideais dessa Instituição.

Tem ainda por finalidade promover conferências de interesse social e cultural e, de conformidade com suas possibilidades, a de manter bibliotecas, escolas e instituições de assistência.

Cumpre, a LOJA MAÇÔNICA CAVALEIROS DA ARTE REAL, com denodo, os objetivos a que se propõe e, tem nos seus membros a forte base para a árdua tarefa proposta.

No campo cultural promove, a entidade em questão, palestras, conferências, como o Seminário de Estudos, a nível estadual, que recentemente levou a efeito.

Desde a sua fundação ocorrida em 27/03/82, a CAVALEIROS DA ARTE REAL, continuamente presta relevantes serviços no tocante a beneficência, exemplos destes são a contribuições mensal, desde aquela data, prestada ao Lar dos Meninos do Xaxim, a distribuição de brinquedos a crianças pobres, que habitam a periferia da nossa Capital, por ocasião dos festejos

natalinos, as participações nas campanhas de ajuda financeira em favor da Santa Casa de Misericórdia e do Hospital Erasto Gaertner, a distribuição de material escolar a menores carentes, auxílios diversos prestados as pessoas das cidades de URAÍ, ABATIÁ, PARANAGUÁ e MORRETES e, a doação de cadeira de rodas a paraplégicos.

Contribuiu, também, de forma notável na campanha em prol dos flagelados das enchentes do Vale do Itajaí e, distribui mensalmente alimentos a pessoas necessitadas.

A obra desenvolvida, pelo que podemos observar é notável, sendo que cabe a nós, homens públicos, o dever de continuar incentivando tal trabalho e, portanto, torna-se ponto de honra para este Poder declará-la de UTILIDADE PÚBLICA.

PROJETO DE LEI N.11/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - A Estrada PRT-158, trecho do entroncamento da BR-476 (Rondinha) até IRATI, passa a denominar-se Rodovia Deputado ANTONIO BABY.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/03/86.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

Apoiamento: Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Sabino Campos, Hermas Brandão e Eduardo Baggio.

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei que estamos apresentando, tem por finalidade homenagear o saudosso Deputado ANTONIO BABY nascido em Rio Claro, Paraná. Depois de passar a infância com bastante dificuldade, começou a trabalhar muito cedo iniciando a vida como telegrafista da antiga Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, hoje Rede Ferroviária Federal, na pequena estação de Vargem Grande, município de Paula Freitas, justamente por onde passa hoje a Rodovia PRT-158 que pretendemos seja dado seu nome.

ANTONIO BABY, sempre com humildade que o caracterizava, foi galgando postos, e, graças a sua atuação e cumprimento do dever como funcionário zeloso que era, chegou ao Cargo de Agente Especial da Ferrovia, sendo mais tarde nomeado Diretor da Rede Federal, com sede no Rio de Janeiro.

A atividade política é que iria marcar definitivamente a vida de ANTONIO BABY.

Em 1946, foi eleito Vereador pelo PTB em União da Vitória, sendo escolhido por seus pares para presidir aquela Casa de Leis.

Em 03 de outubro de 1950, foi eleito

Curitiba, segunda em, 03.03.86

Deputado Estadual pelo PTB.

Em 1954, foi eleito Deputado Federal, em 1958, era reeleito para a Câmara dos Deputados, onde exerceu sempre com modéstia e eficiência aos mandatos que lhe foram confiados pelo povo paranaense.

É este homem público que pretendemos homenageá-lo dando seu nome a PRT-158, cujo trecho foi exatamente onde ANTONIO BABY iniciou, suas atividades como funcionário Ferroviário, mais tarde como político, participando sempre, ativamente em todos os momentos decisivos com a comunidade daquela região.

PROJETO DE LEI N. 12/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica denominada Rodovia Deputado Domício Scaramella, a estrada PR-446 que liga União da Vitória - Porto Vitória à BITURUNA.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/03/86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

Apoiamento: Tadeu França, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Eduardo Baggio e Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

Através do presente plano de lei, pretendemos prestar uma justa homenagem ao ilustre homem público, que dedicou sua vida para o engrandecimento dessa região conforme bem demonstra esta justificativa:

Em 1946, DOMICIO SCARAMELLA fundou e presidiu o Partido Trabalhista Brasileiro (P.T.B.) de União da Vitória, ocupou no Diretório Regional do Paraná, do P.T.B., os cargos de Tesoureiro, Vice-Presidente e Presidente.

Vereador em União da Vitória, eleito pelo P.T.B., de 1946 a 1951, neste mandato exerceu a Presidência da Câmara Municipal.

Em 1951, foi eleito Prefeito Municipal de União da Vitória pelo PTB.

De 1954 a 1958 foi Deputado Estadual eleito pelo P.T.B., neste mandato ocupou os cargos de 2.º Secretário (1955/1956) e 4.º Secretário (1957/1958) da Assembléia Legislativa.

Reeleito Deputado no período de 1959 a 1963 pelo mesmo partido PTB.

Em 1963, foi eleito novamente Prefeito Municipal de União da Vitória, pelo PTB.

Face a extinção dos antigos grêmios políticos e o surgimento do bipartidarismo, por seu passado e índole libertário, ingressou no MDB.

De 1970 a 1974 foi Deputado Estadual eleito pelo MDB, quando ocupou a 3.ª Secre-

taria.

Em 1974 foi reeleito Deputado Estadual com 20.725 votos, tendo como principal base eleitoral a região de União da Vitória, pelo MDB.

De 1972 a 1976, acumulou o cargo de Vice-Prefeito de União da Vitória, também eleito pelo MDB.

Presidente do Diretório Municipal do MDB de União da Vitória.

No Diretório Regional do MDB do Paraná, ocupou os cargos de Secretário Geral, Tesoureiro e Líder na Bancada na Assembleia Legislativa;

Membro da Associação Brasileira dos Municípios de 1952 a 1954.

Presidente da Associação Paranaense dos Municípios (1966), Secretário Geral da mesma Associação, (1957).

Presidente da Comissão paroquial da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus de União da Vitória durante 21 anos.

Fundador e Presidente do Regional Hospital de Caridade Nossa Senhora da Aparecida de União da Vitória.

Presidente do Orfanato Imaculado Coração de Maria de União da Vitória.

Fundador e membro da Diretoria do Asilo São Vicente de Paula de União da Vitória.

Presidente da Associação Comercial e Industrial de União da Vitória, Presidente do Aéreo Clube da mesma Cidade; Presidente do Avahy Sporte Clube e Presidente do Conselho Diretor e do Conselho Deliberativo do Ferroviário Esporte Clube de União da Vitória.

Reeleito Deputado Estadual em 1978, pelo extinto MDB, ocupando ainda nesta legislatura o cargo de 2.º Secretário, até seu desaparecimento em 14 de outubro de 1980, quando faleceu DOMICIO SCARAMELLA, Cidadão Honorário de União da Vitória, que jamais deixará de viver no reconhecimento e na saudade de seus contemporâneos.

É esse campeoníssimo homem público, que sempre subiu e alcançou seus mandatos através do voto livre, que pretendemos homenageá-lo com a modesta designação de seu nome a estrada PR-446 que liga União da Vitória - Porto Vitória à Bituruna - pelo muito que fez por União da Vitória e por sua gente.

Outras virão, muitas mais, pela gratidão das gerações futuras que jamais esquecerão aquele defensor dos trabalhadores, protetores dos necessitados, administrador de atuação exemplar, político constantemente a serviço das boas causas.

PROJETO DE LEI N.14/86

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica denominada de RODOVIA DEPUTADO DINO VEIGA, a rodovia que liga o município de Bandeirantes a Itambaracá.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/03/86.

(a) FUAD NACLI.

JUSTIFICATIVA:

É nossa intenção com o presente plano de lei, prestar uma justa homenagem a um homem que muito lutou pelo progresso e engrandecimento da região, que tão bem o acolheu.

Dino Veiga, nasceu em 11 de junho de 1916, em Itaberá-Estado de São Paulo. Mudou-se para a cidade de Cambará e posteriormente, ainda moço, transferiu-se para Bandeirantes, onde fixou residência. Dedicou toda sua vida para o progresso da cidade que o acolheu e que ele muito amava. Era farmacêutico, proprietário por mais de 40 anos da farmácia pioneira do município, onde procurou sempre atender a todos com seriedade, honradez e espírito humanitário.

Na vida política, Dino Veiga foi eleito vereador por diversas vezes, prefeito municipal por duas legislaturas e Deputado Estadual, durante o tempo em que ficou nesta Casa, o homenageado, trabalhou em benefício do povo da região norte pioneira, que o elegeu para representá-los neste Poder.

Como Prefeito Municipal, dentre as diversas obras públicas realizadas em sua gestão, consta as construções do edifícios do Colégio Estadual, Prefeitura Municipal, Fórum e Cadeia Pública, início do asfaltamento da cidade e a construção da ponte sobre o Rio das Cinzas, que liga o município de Bandeirantes à Itambaracá.

A justa homenagem que procuramos prestar através deste projeto ao ilustre homem público, recentemente falecido, temos a certeza que expressa não somente o nosso pensamento, mas sim, o de todos os moradores da região, como também a todos que conheceram e tiveram a oportunidade de conviver com Dino Veiga.

Razão pela qual solicitamos ao Nobres Pares com assento nesta Casa o devido apoio para o presente projeto de lei, como também para sua futura aprovação.

PROJETO DE LEI N.13/86
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica denominada Rodovia Prefeito Affonso Nadolny, a estrada PR 477 que liga União da Vitória à Cruz Machado.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/03/86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

Apoiamento: Tadeu Lúcio Machado, Tadeu França, Sabino Campos, Hermas Brandão e Eduardo Baggio.

JUSTIFICATIVA:

A intenção do presente projeto de lei é a de prestar uma singela homenagem ao bravo desbravador AFFONSO NADOLNY, pioneiro de Cruz Machado, e, sem dúvida, um dos políticos mais destacados. Participante ativo em todos os momentos decisivos para a comunidade da região.

Entendemos que a homenagem postuma que pretendemos seja concedida ao eminente cidadão e homem público que foi AFFONSO NADOLNY, a quem mantemos profundo respeito e admiração, obedece, temos certeza, todos os segmentos da sociedade da região de Cruz Machado. - Embora haja sido afastado de nosso convívio pelo falecimento ocorrido a 09 de setembro de 1977, jamais deixará de viver no reconhecimento e na saudade de seus contemporâneos.

Nascido à 27 de maio de 1897 em São Mateus do Sul.

Chegou em Cruz Machado em 1918, quando ainda era colonia Federal.

Casou-se em 12 de novembro de 1922 com Dona Luiza Schram Nadolny, com que teve 9 filhos.

Com o falecimento de Dona Luiza, contraiu novas núpcias com Dona Laura da Silva, tendo com esta, mais 2 filhos.

Em Cruz Machado exerceu na seqüência as seguintes atividades:

Em 1919 -Gerente do Armazém POMPEU que fornecia principalmente aos imigrantes alemães logo após o término da 1.ª guerra mundial.

Em 1924 -Suplente de Subdelegado de Polícia no Distrito de Cruz Machado.

Em 1927 -Guarda Fiscal do Distrito.

Em 1928 -Eleito Vereador no Município de União da Vitória, representando o Distrito de Cruz Machado.

Em 1928 -Nomeado Professor Federal para reger a Escola 7 de setembro da linha Rio da Areia, escola esta que atualmente tem o seu nome.

Em 1938 -Nomeado Inspetor Escolar.

Em 1940 -Juiz de Paz do Distrito.

Em 1947 -Foi eleito Vereador sendo o mais votado pelo município de União da Vitória, quando representou o Distrito de Cruz Machado.

Em 1951 -Foi reeleito Vereador, ainda pelo Distrito.

Em 1951 -Foi nomeado pelo então Prefeito Municipal de União da Vitória, Domício Scaramella, para exercer as funções de Agente Municipal do Distrito;

Em 1952 -Com a emancipação política do município de Cruz Machado, foi eleito seu 1.º Prefeito Municipal.

Em 1956 -Eleito Vereador.

Curitiba, segunda em, 03.03.86

Em 1976 -Eleito novamente Vereador por Cruz Machado.

Fundador da Associação Rural de Cruz Machado, atualmente Sindicato Rural, sendo seu Presidente por vários anos.

Membro da Diretoria da Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

Tesoureiro do Sindicato Rural de Cruz Machado, cargo que ocupou até seus últimos dias.

Agricultor - Comerciante - Músico, e Presidente por 2 vezes da comissão da Igreja Matriz de Cruz Machado.

A esse campeoníssimo homem público, que sempre subiu e alcançou seus mandatos através do voto livre e popular, pedimos desculpas por homenageá-lo, com a modesta designação de seu nome da rodovia que liga União da Vitória à Cruz Machado.

Mas outras virão, e muitas outras, pela gratidão das gerações vindouras, pelo muito que fez por Cruz Machado e por sua gente obreira.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Depois de mais de 60 dias, de recesso, no início desta Legislatura, sentimos o dever indeclinável de mais uma vez vir solicitar do Governo do Estado, mais precisamente da Secretaria dos Transportes, a viabilização de 11 quilômetros de asfalto que liga São João da Graciosa ao trevo da estrada de acesso Morretes-Antonina.

Desnecessário enfatizar aos Senhores Deputados a importância e necessidade para o empreendimento, uma vez que as centenas de pessoas que fazem turismo na estrada Graciosa com facilidade poderiam ir até Antonina se tivesse aquele trecho asfaltado. Atualmente, tendo que dar a volta por Morretes, torna-se inviável e difícil o acesso a Antonina, o que iria robustecer o turismo naquela cidade. Portanto, fica o nosso apelo mais uma vez ao Governo do Estado e ao Secretário do Estado, D.E.R. para que viabilize a construção daqueles 11 quilômetros de asfalto. Este é um antigo desejo do povo capelista que hoje eu me permito, aqui como o seu intérprete, vir dizer da importância deste acontecimento.

E como segundo assunto, eu quero confessar a esta Casa que, como Deputado na 5.ª Legislatura, Deputado que nunca morreu de amores pelo Presidente Sarney, Deputado que sempre teve um pé, senão os dois atrás, depois que o ex-presidente do PDS pertencente ao Governo anterior, vinculado de corpo e alma com o anterior Governo Federal, foi guindado à condição de Presidente da República por circunstâncias trágicas do destino.

Hoje, como Presidente da República, e eu repito sempre, não por prevenção, mas nunca acreditei na sinceridade de propósitos do Presidente Sarney. Hoje, eu enfoco o problema de uma forma diferente depois de ter sido deflagrado esse pacote econômico das últimas setenta e duas horas e da motivação que esse pacote deu ao povo brasileiro, eu gostaria de tecer algumas considerações: a crise que existia no Brasil não era tão somente econômica ou social, mas sim uma crise da falta de credibilidade do povo com o Governo Federal, não só com o

povo, mas com vários segmentos do mesmo Governo.

Não sei se numa atitude extrema, não sei se uma atitude corajosa, mas sei que se esse pacote for viável, e deverá sê-lo porque uma grande aceitação da classe política brasileira e do povo também, talvez faça com que ele se torne viável.

Eu acho que nesta altura dos acontecimentos, como Deputado que estava descrente do Governo Sarney, hoje não que eu esteja acreditando na sua intenção, no seu propósito, mas acho que é transcendental, que é importante, que ele receba um crédito de confiança de toda a Nação brasileira e que procure com mãos firmes, com mãos fortes, conter os problemas que advirão em função desse pacote; seqüelas múltiplas irão surgir, problemas dos mais variados que irão se apresentar, e é preciso, é mister, é necessário que mãos de ferro contenham os problemas que irão surgir ao longo dos próximos dias, ao longo das próximas semanas e também que ele agregue a esse plano econômico o que é muito importante, muito salutar para a política econômica nacional ...

(O Sr. Presidente corta o som)

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Reservo para o Horário da Liderança do Partido Comunista Brasileiro, o registro da nossa posição em relação ao recente plano de medidas econômicas decretado pelo Governo Federal.

Aproveito o espaço do Pequeno Expediente, tão somente para solicitar aos Senhores Deputados a aprovação de dois requerimentos de nossa autoria, que damos entrada nesta Casa, neste momento.

O primeiro deles, relativo ao Governo do Estado, solicitando ao Senhor Governador José Richa que determine as providências necessárias para a posse dos integrantes do Conselho Estadual de Educação, Habilitação, Reabilitação e Integração Social. Conselho este criado por lei, sancionado no início de 85, regulamentada pelo Decreto n. 6347, de 19 de setembro do ano passado, composto por representantes de Associações de Deficientes de todo o Paraná, de representantes deste Poder, da Comissão de Educação e da Comissão de Saúde e que, de acordo com insistentes reivindicações dos diretamente interessados, ou seja, das Associações de Deficientes do Estado, carece da necessária posse para iniciar os trabalhos. Lei que foi aprovada, discutida por esta Casa e que, portanto, solicitamos aos Senhores Deputados a aprovação deste requerimento que visa unicamente solicitar as providências urgentes da parte do Governo do Estado, no sentido de que se empossam os membros do Conselho.

O segundo requerimento, se refere ao episódio inédito na Previdência Social brasileira, ocorrido há cerca de quinze dias no município de Londrina. Foi a eleição por voto direto e secreto de funcionários da agência local do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, do INAMPS, do futuro chefe desta agência. Contando com o apoio e a concordância do Diretório Municipal de Londrina do PMDB, os funcionários da Agência da Previdência Social, em Londrina, realizaram o processo eleitoral, conforme a própria "Folha de Londrina" divulgou e registrou, tendo sido eleito o doutor Paulo Roberto Gutierrez.

O nosso requerimento se prende, portanto, ao envio de uma mensagem de apoio, de congratulação aos funcionários da Previdência, fazendo votos de que este tipo de comportamento se estenda às demais agências e órgãos do Ministério da Previdência Social, já que é uma antiga reivindicação dos trabalhadores brasileiros que, desde 1964, foram excluídos da gestão da Previdência Social e que agora passam a participar do planeja-

mento, da organização e do controle do serviço da Previdência Social, como muito bem exemplifica este episódio que relatamos.

Fundamentalmente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, como dissemos no início, neste Pequeno Expediente, só gostaríamos de abordar estes dois assuntos, reservando para o Horário da Liderança o registro do nosso posicionamento com relação às medidas econômicas recentemente adotadas.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Existe uma onda de conservadorismo que começa a cada dia que passa a penetrar mais profundamente no partido do PMDB e no Governo. E esta onda conservadora começa a atingir já pressões para alterar programas originais do partido.

E um programa original que vinha sendo mantido era o programa da agricultura e, dentro do programa da agricultura estava o projeto de organização dos pequenos e médios agricultores, no sentido de que comessem a deslumbrar um rumo diferente nas suas vidas e nas suas reivindicações.

Mas, à medida que o órgão encarregado disso — a ACARPA — começa a penetrar nas estruturas do interior e a organizar os agricultores, estes agricultores iniciam o processo de pensar e à medida que pensam, começam a reivindicar e, à medida que reivindicam, inicia-se um processo incômodo para os "coronéis" da política, que tanto são "coronéis" em partidos falidos como o PDS ou como em partidos em crescimento como o PMDB.

E aí, estes "coronéis" iniciam um processo de pressão para que aqueles homens comprometidos na organização de pequenos agricultores sejam removidos e seus interesses até demitidos.

E à medida que os homens que comandam o programa da agricultura na ACARPA resistem a este tipo de pressão, começa então a pressão conservadora para substituí-los.

Há poucos dias atrás, o Conselho da ACARPA, por uma proposta da AFAEPE foi colocada em questão a mudança da linha da ACARPA, não no sentido mais de atender, os pequenos agricultores que somam mais de trezentos e sessenta mil, mas para atender os médios e grandes agricultores no sentido da ACARPA servir de estafeta e venda à multinacional da tecnologia importada. A proposta foi derrotada por quatro votos a três.

Agora, recentemente, num almoço, em Brasília, reunido Carlos Alberto Pereira de Oliveira da Associação Comercial, Paulo Carneiro da Federação da Agricultura e o Secretário da Agricultura, neste almoço se resolve substituir a Diretoria da ACARPA.

E eu venho a esta tribuna fazer um apelo ao Governador José Richa no sentido de que não ceda às pressões conservadoras que estão se fazendo e é o Governo paralelo que faz, para que nós possamos continuar com a linha programática do PMDB dentro do processo da agricultura, para que nós possamos levar aos agricultores as propostas da agricultora voltadas aos nossos interesses e longe do domínio industrial e multinacional que há muito tempo vem fazendo isto e vem destruindo a nossa produção.

Faço um apelo ao Governador José Richa, desta tribuna para que esse não ceda a estas pressões para que nós possamos continuar organizando os agricultores e dando a eles a oportunidade de escolher o que é melhor para si e para a sua família.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pela primeira vez, em vinte e dois anos de militância política, levanto a minha voz, para realmente aplaudir dois episódios. Dois episódios que no nosso entender, surgiram neste último final de semana.

O nascimento da Nova República é uma medida efetiva de confiança no povo brasileiro. Pela primeira vez, em vinte e dois anos, o povo realmente foi tratado como rei.

Eu, que fui um dos Deputados da Bancada do PMDB, a criticar mais severa e acerbamente o Presidente José Sarney e a Nova República que se dizia existir e não existia.

Subo, hoje, a esta tribuna para fazer justiça aos Ministros da área econômica e ao Presidente José Sarney. Em vinte e dois anos, o povo brasileiro foi tratado a bordoadas ou como inexistente e ele devolve a confiabilidade e a unidade da Nação brasileira. O povo passou a acreditar no Governo e isto respinga também, para a classe política e este Poder Legislativo deve se unir a este interesse maior de combate à inflação a este interesse maior proclamado aos quatro ventos desta Pátria, pelos dirigentes maiores deste País, para todos juntos nos solidarizarmos na luta pelo combate definitivo à inflação que corroía o salário e a tranquilidade de todo o povo brasileiro.

Justiça seja feita, os cantores populares, os grandes oradores e o povo em geral, via na classe política a incompetência, via na classe política a imoralidade, via na classe política o desinteresse pelos problemas maiores, pela solução dos problemas maiores da Pátria brasileira.

A ditadura findou-se e nasceu, neste final de semana, de verdade, a Nova República. Esta Nova República que haverá de organizar e, como dizia ontem o Ministro Dilson Funaro, haveremos de construir uma Nação moderna, uma Nação organizada, uma Nação séria, uma Nação realmente voltada para o povo brasileiro.

Eu que critiquei o Presidente Sarney, eu que já não acreditava neste Governo, em vinte e dois anos volto a ter fé no Governo e na Pátria brasileira.

E se volto a ter fé na Pátria brasileira, é porque, efetivamente, o povo foi investido de uma magistratura de confiabilidade governamental para cuidar, ele mesmo, dos seus próprios interesses, do seu direito, exercendo uma fiscalização efetiva contra um dos maiores males deste País, que eram os especuladores, que, visando apenas os lucros, não se preocupavam com o salário, com o bolso ou com a alimentação, ou com a educação ou com a saúde do povo brasileiro.

De parabéns está o Brasil, de parabéns está o Presidente Sarney e os Ministros da área econômica, e mais do que tudo, de parabéns está o povo brasileiro, que pela primeira vez, em vinte e dois anos, recebe dos mandatários maiores desta Pátria, a confiabilidade que sempre mereceu e nunca lhe deram.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Com a palavra o orador inscrito, Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Realmente, depois de muitos anos, pela primeira vez, nós que, há bem menos de trinta anos estamos fazendo política neste País, temos uma primeira oportunidade para enaltecer um ato do Governo Federal.

Realmente, parece que, num momento de grande coragem, que talvez não tenha existido em muitos governantes nos últimos, quem sabe, cinquenta anos até, o Governo Federal, do PMDB, hoje, conseguiu mudar a credibilidade do povo brasileiro, nos seus atos e nas suas atitudes. Por esta razão quero, ao iniciar a nossa fala, na tarde de hoje, gostaríamos de dizer que, pela vez primeira, ao longo destes quase trinta anos que

conhecemos e passamos a observar um pouco da política brasileira, a gente tem o momento e a oportunidade de enaltecer um ato praticado pelo nosso Governo Federal.

Mas, o motivo que nos traz à tribuna diz respeito a um assunto que tomou espaço nas páginas dos jornais e nos vídeos do Paraná e de todo o Brasil, e que perdura até hoje, e que diz respeito ao bloqueio que foi promovido, no Vale do Ivaí, em cima das agências bancárias de alguns municípios.

Queremos, neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer da satisfação que temos de hoje aqui estarmos elogiando o Governo Federal, por uma ação praticada, mas, temos também a tranquilidade, como outros Parlamentares que lá estiveram, naquela região, acompanhando de perto o movimento dos agricultores do Vale do Ivaí, de dizermos que estamos com a alma tranqüila, com a consciência também tranqüila, por termos, efetivamente participado daquele movimento de agricultores que, em outra instância, não visava senão chamar a atenção para as reais dificuldades, pelos gravíssimos problemas porque passava e porque ainda passa a agricultura paranaense, a agricultura brasileira, e, em especial, em São João do Ivaí, Lunardelli, Jardim Alegre, quando se iniciavam os bloqueios, lá estávamos acompanhando bem de perto, ao lado dos produtores, não só de um partido político, como em alguns momentos se insinuou, mas, de todos os partidos políticos, produtores com problemas, com dificuldades, e até sem alimento nas suas casas.

E para nossa alegria, o movimento que iniciara-se em São João do Ivaí, Jardim Alegre, Lunardelli, no dia 3 de fevereiro, foi se alastrando, foi criando corpo e tomando praticamente todos os municípios do Vale do Ivaí, a ponto de ser necessário e ser recomendado a criação de uma Comissão Intermunicipal de Agricultores em Greve, a esta Comissão ainda hoje existe, apesar do bloqueio ter sido suprimido, ter sido levantado após a audiência com o nosso Governador José Richa, que abraçou a causa do movimento e se dispôs, conosco, os agricultores do Vale do Ivaí, a percorrer todos os caminhos que forem necessários na busca de soluções para os problemas daquela gente, tão sofrida, mas, que sempre trabalhou em favor da causa daquela região do nosso Estado e do nosso País.

O bloqueio está levantado, mas a Comissão continua existindo, para continuar avaliando aquilo que vai ser oferecido e aquilo que vai ser atendido das reivindicações.

Muita coisa mudou no País, nos últimos dias, mas, nós esperamos que as reivindicações dos agricultores do Vale do Ivaí sejam realmente atendidas, e que, de uma vez por todas, se levante o arbítrio que ainda se pratica neste País, e que o Governo do Estado, o Tribunal de Justiça, determine ao Juiz da Comarca de São João que cesse as ações que está movendo contra os líderes deste movimento, não só de São João do Ivaí, mas de todo o Vale do Ivaí e do Paraná, por que não dizer?

Cumprimento aqueles que estiverem solidários ao movimento e que dele participaram ativamente!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado. (Declina).

Passaremos ao Horário das Lideranças.

Esta Presidência informa, em consequência com a Resolução n. 132/84, artigo 2.º, letra "C", inciso II, que será de 12 minutos e 30 segundos o horário reservado às Lideranças, de vez que o horário é de 60 minutos, distribuídos equitativamente entre os partidos.

Inicialmente, concedo a palavra à Liderança do PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, neste primeiro dia em que efetivamente a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná retorna às suas atividades nesta Legislatura, queremos transmitir a todos os nossos Pares desta Casa, a saudação do Governador José Richa, na certeza de que o entrosamento do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, seja, na verdade, a grande mola propulsora para que possamos, definitivamente, instalar no Brasil um regime democrático, com a inter-dependência dos Poderes, no entanto, com o olhar firme de todos eles para o futuro que todos queremos construir para o nosso Estado e para a nossa Nação.

Da mesma forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, damos conhecimento e ciência a esta Casa, que recebemos nesta data, ofício do Deputado Quielse Crisóstomo, comunicando a sua filiação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e, portanto, a partir deste instante, passa a integrar a nossa Bancada.

Na condição de Líder da Bancada do PMDB, queremos render a nossa esperança, de que o Deputado Quielse Crisóstomo, somando à valorosa a Bancada do PMDB, nela tome assento junto conosco, defendendo os mesmos propósitos, os mesmos objetivos e faça parte da mesma luta, luta por transformações, por mudanças, por afirmação da democracia e pela valorização da classe política.

Receba, portanto, Deputado Quielse Crisóstomo, a homenagem da Liderança do PMDB, na convicção e na certeza de que teremos um novo companheiro, pronto para ombrear conosco este trabalho parlamentar de fixação do regime democrático de prosperidade ao povo brasileiro.

Da mesma forma, na condição de Líder da Bancada do PMDB, queremos saudar de forma efusiva este valoroso companheiro de partido, Edilson Alencar que, no dia de hoje, assume a sua cadeira na Assembleia Legislativa, na Bancada Peemedebista. Conhecemos a sua luta passada, nobre Deputado, a sua atuação neste Parlamento, na anterior Legislatura; a luta desempenhada por Vossa Excelência na campanha eleitoral de 82, contribuindo para que o nosso Partido fosse vitorioso, para que pudéssemos eleger o Governador José Richa comprometido com a causa popular, e Vossa Excelência, nesses anos todos, comportou-se como verdadeiro companheiro na suplência da Bancada do PMDB, honrou as diretrizes e compromissos do nosso Partido, exercendo, inclusive, funções executivas exatamente da forma como esperávamos que um companheiro nosso a desenvolvesse.

Por isso, que neste dia, em que recebemos Vossa Excelência com todos os direitos regimentais, como Parlamentar do PMDB para este exercício, temos a certeza de ter contado com um companheiro de grande valor e de grande experiência para nos ajudar nesta tarefa de consolidarmos a democracia. Seja bem-vindo Deputado Edilson Alencar, na certeza do reconhecimento e aplauso de seus companheiros de Bancada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, efetivamente inauguramos, no dia de hoje, o primeiro dia da Nova República. As medidas do campo constitucional, muitas e muitas vezes, foram declaradas pelo Presidente da República, por seus Ministros e pelos partidos que compõem a Aliança Democrática. Medidas no campo institucional foram tomadas, devolveu-se a este País o direito de eleger os seus Prefeitos de Capitais e área de segurança; devolveu-se a este País a expectativa de uma constituinte limitando o próprio tempo de mandato de seu Presidente; devolveu-se a este País o direito de escolher os seus mandatários. Os atos excepcionais foram retirados definitivamente da nossa Constituição. Um novo caminho institucional abriu-se, portanto, para a Nação brasileira. Havia necessidade urgente das transformações e das mudanças que foram o compromisso e é o compromisso dos partidos comprometidos com o avanço democrático da Nação brasileira e com a maior justiça no campo social.

O pacote econômico que hoje alegria e alivia o coração dos brasileiros, devolvendo a expectativa e que possamos

conviver nesta Pátria com dias melhores e mais justiça. É a primeira medida concreta e efetiva nas mudanças, compromisso maior da Aliança Democrática quando da eleição de Tancredo Neves e José Sarney.

Queremos daqui, rendermos a nossa homenagem e a coragem do novo Governo, que instala nesta Nação efetivamente, a crença de dias melhores, a expectativa popular, a certeza da participação do povo. Medida, Sr. Presidente e Srs. Deputados, num dado extraordinário que mostra claramente que a Nação brasileira para a acreditar nos rumos do seu futuro. Numa pesquisa de opinião pública, realizada no Rio de Janeiro e São Paulo, na média dos dois Estados, a Presidência da República adquire um alto índice de credibilidade, de 88 por cento dos entrevistados. Isso por si só nos mostra que as medidas refletem a vontade do povo brasileiro. E cabe a nós, Parlamentares de todos os Partidos, a nós homens do povo de todos os Partidos a sermos aquilo que o Presidente nos conclamou. Não exclusivamente dos supermercados. Um fiscal da lei, um fiscal da transformação, um fiscal da mudança e um soldado desta nova Nação que haveremos de construir.

Voltaremos a abordar o assunto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque cedemos, neste instante, o restante do horário de nossa Liderança para o Deputado Quielse Crisóstomo.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezzi) Deputado Quielse Crisóstomo, por quatro minutos.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Imagine meus caros companheiros quão difícil seria para um Deputado que militou vinte anos no PDS e na ARENA, para subir à tribuna neste dia, e lembro a esse Plenário, pela primeira vez neste mandato, para dizer que estou filiado no PMDB.

Pensei primeiramente em escrever algumas linhas, mas achei que o orador autêntico é o que diz de improviso, para dizê-lo bem o que realmente sente. Razões imperiosas me fizeram assim proceder. Depois de dois anos de mandato na tentativa de ajudar o desenvolvimento do meu Estado através da liderança que me foi outorgada pelo povo paranaense, não encontrei condições através do combate da crítica, do cerceamento à atividade do Governo, como Deputado de Oposição, motivo pelo qual meus companheiros de bancada de todos os partidos, os do PDS, que deixo nesse momento, os do PFL, que foram meus companheiros de PDS, os do PDT, que foram também meus companheiros de PDS, e os de PMDB que são meus companheiros de hoje.

Não encontrei o passado, é o testemunho do futuro, e o documento do presente, que jamais ocupei esta tribuna nesta Casa de Leis, para contestar atividade do Governo, ou exercer atividade de oposição nesta Casa.

Estou hoje, reassumindo a minha verdadeira atividade, para a qual acho que realmente nasci; para construir; e me detive até neste momento, porque eleito 2.º Secretário desta Casa, pela Bancada do PDS, respeitei a atitude da maioria do meu Partido, que decidisse qual seria o destino melhor, que eu devesse tomar junto com eles. Mas alguns iam para Frente Liberal, outros saíam do Partido, como estão fora dele até agora, e outros iam para o PDT, e alguns para o PMDB.

Motivo pela qual eu tive que decidir sozinho o destino melhor para minha atividade representativa nesta Casa. E aí invoquei as minhas bases políticas, os principais responsáveis pela cadeira que tenho nesta Casa de Leis; e hoje meus prezados companheiros, dez dos prefeitos que se elegeram comigo no PDS, já estão no PMDB, e alguns deles por mais de dois anos

continuaram no PMDB e continuaram sob o meu atendimento, no PDS até hoje.

E os restantes, mais de uma dúzia que restam no PDS, não foram ainda para o PMDB, porque eu não tinha ido, mas, irão comigo aos poucos.

E a razão principal da catequese dos meus companheiros, rumo ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, era o tratamento, e tem sido de Sua Excelência o Governador José Richa, um tratamento indiscriminado a todos os prefeitos do Estado do Paraná, e a cordialidade de muitos dos Parlamentares do PMDB, e aqui cito o Deputado Acir Mezzadri, meu particular amigo e contendor de região. E aqui cito o Deputado de Umuarama, o grande líder da região, que com muita satisfação tive o prazer de, recentemente, subir à tribuna em comício juntos defendendo o bem-estar de uma comunidade que ambos representamos.

Essas razões, e ainda as obras do Governo, dos municípios básicos de minha atividade política, a exemplo de Campina Grande do Sul, terra onde nasci, em Bocaiúva do Sul, onde no primeiro ano de mandato desse Governo a Secretaria de Transportes, construiu sobre um rio de 20 m de largura, nove pontes que ligam Campina a Bocaiúva do Sul, e jamais eu fui pressionado ou convidado a negociar atendimentos do Governo. Exemplo que nem sempre eu vi em Governos que pertenci. Hoje, eu citaria e haveria de roubar quase todo o tempo do meu Líder do PMDB hoje, para citar as obras que o Governo do Estado executou nos meus municípios, Municípios que pertencem ainda a Prefeitos do PDS, a exemplo de Quatro Barras, que receberá nos próximos dias, 9km de asfalto e juntos, eu e o Deputado Acir Mezzadri solicitamos para ligar Quatro Barras a Piraquara.

Além de asfaltos que ligam Almirante Tamandaré com Colombo, obra também reivindicada em conjunto, eu e o Deputado Acir Mezzadri, além do asfalto que liga a sede do Município de Mandirituba, na Região Metropolitana, e nenhum município está sem obra, indiscriminadamente, todos os prefeitos de qualquer partido não poderia, por questão de justiça e de justeza, encontrar argumentos para cercear e fazer oposição nesta Casa. Respeito os meus companheiros de Bancada do PDS que ainda permanecem no meu ex-Partido e agradeço a cordialidade com que fui tratado até hoje e haverei de agradecer no procedimento daqui para frente, como sempre tive e quero pois, para não abusar, na primeira vez que ocupo esta tribuna neste mandato, do tempo que me concede o Líder do meu Partido, sem esquecer a cordialidade do velho companheiro gaúcho que quantas vezes nos abraçamos e imaginamos sorrindo, numa hipótese considerada absurda, de um dia sermos companheiros de bancada, mas o futuro a Deus pertence, meu caro e grande amigo, Líder da Bancada, Caíto Quintana. Quis o destino, quis o povo, o Paraná, e quis Deus, eu acredito que acima de tudo, que ele estivesse ao seu lado como amigo que sempre fomos e como subordinado na Liderança também dirigida por Vossa Excelência.

Muito obrigado companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi): — A seguir, concedo a palavra à Liderança do PDT.

Com a palavra, o senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em nome do PDT, nós queremos hipotecar irrestrito apoio ao Presidente Sarney que tantas vezes criticamos e condenamos desta tribuna, pela falta de uma ação mais enérgica no comando desse País, e no momento em que Sua Excelência impõe, ainda que, como diz Leonel Brizola, ao estilo de Ernesto Geisel, um "pacote

econômico" para o Brasil, apoiamos integralmente o congelamento de preços dos alimentos, porque entendíamos há muito tempo e chegamos até desta tribuna, por várias vezes, sugerir que o Governo deveria tomar o caminho do congelamento dos preços, certamente muitos ouviam as nossas manifestações com indiferença, por achar que era impossível ao Governo congelar os preços. Essa medida, veio, ainda que meio tarde, para amenizar e suavizar o sofrimento do nosso povo, no tocante ao congelamento de preços.

Tem o Senhor Presidente da República o apoio do PDT e a esperança de que esta medida dê certo. Mas alguns pontos, Senhor Presidente, o PDT não concorda com o Governo. Por exemplo: congelar os salários. Essa medida é contra o trabalhador. Há quem possa entender que seja um absurdo, continuar a defender o aumento de salário, como está a CUT e a CONCLAT, mas é que no Brasil a inflação disparou tanto que o trabalhador, quando tem um aumento de salário é apenas para corrigir um pouco da defasagem salarial. A inflação vinha corroendo, vinha comendo, vinha destruindo o salário do nosso povo. Quando vinha o salário novo, esse não era mais para melhorar a vida do trabalhador, mas para repor um pouco da defasagem salarial.

Então, há bancários do próprio Banco do Brasil ameaçando greve geral no Brasil, há funcionários da Universidade do Paraná que não aceitam o congelamento, o trabalhador de um modo geral aplaude o congelamento de preços, mas ele quer não os 8 por cento que o Governo quer dar, a título de abono, para compensar uma perda salarial que tem um percentual muito elevado, está muito distante dos 8 por cento que o Governo está prometendo. Então, neste ponto, Senhor Presidente, o PDT não apóia o Governo. Nós entendemos que a reposição deveria ser mais humanitária.

E outro ponto que o PDT discorda do Presidente Sarney e do Ministro Dilson Funaro é em relação à tentativa de o Governo impor ao povo uma redução de consumo, obrigando as empresas a venderem no crediário somente em até quatro pagamentos. Isto significa, Senhor Presidente, que um televisor que custa Cz\$7.000,00, com os juros, porque os banqueiros até agora não falaram em reduzir os juros a nível de inflação, continua a ganância dos poderosos. Um televisor a cores de Cz\$7.000,00, com os juros, ele vai no mínimo para Cz\$10.000,00, o trabalhador vai ter de pagar por mês, se quiser um televisor para casa, Cz\$2.500,00. Quer dizer, 80 por cento dos brasileiros ganham um pouco mais que um salário-mínimo.

Então, o Governo vai proibir o trabalhador de ter TV a cores em casa, de comprar geladeira nova, de comprar um freezer ou um jogo de sofá novo, de melhorar, de oferecer um pouco mais de conforto à sua família por que o salário é irrisório, é insuficiente até quase para o sustento da família do nosso trabalhador; até o consórcio reduzido para quatro pagamentos nós não podemos aceitar.

Portanto, Senhor Presidente, nós queremos defender junto ao Governo, primeiro a estas empresas que vendem à prestação sejam melhor controladas pelo Governo e não abusem cobrando juros exorbitantes. O Governo congelou os preços. Muito bem: deveria congelar também os juros numa taxa bem pequena em nosso Brasil, para que melhore a vida de nosso povo.

E outro aspecto, Senhor Presidente, quando nós vemos o Governo querendo impor a redução de consumo,

de compra, o Governo poderá levar este País à recessão, como foi a Argentina. Na Argentina, o Governo veio com um papo de que a mudança do nome do dinheiro não era para impor recessão na Argentina, e hoje o nosso vizinho está vivendo sob o clima de um impacto e de uma grande recessão.

Quando o Governo limita o crediário em quatro pagamentos, o que vai acontecer? O trabalhador não vai ter dinheiro para comprar; o rico vai poder continuar comprando porque ele não compra fiado, ele não compra no crediário, ele compra e paga à vista. Agora, o trabalhador não podendo comprar, vai diminuir a venda da loja. Diminuindo a venda, o balconista que vive à base de comissão, ele vai ter uma perda em seu salário; a loja vendendo pouco, se ela tem vinte funcionários, ela vai mandar dez, doze, quinze para a rua porque vai ter um quadro reduzido. E se a loja vender pouco, se tiver diminuição na venda do comércio, lá em cima, na fábrica dos eletrodomésticos, caindo a produção, vai também o empresário demitir os seus funcionários, vai reduzir o seu quadro de operários.

E é por isso, Senhor Presidente, que nós demos entrada num requerimento ao Presidente da República, em que pese o seguro-desemprego que vai ser criado ainda, aproveitando este pacote econômico, e pedindo que por igual prazo de vigência do pacote econômico de um ano, o Governo, através de outro decreto, proíba as empresas de demitirem empregados. Caso contrário, os gananciosos vão se aproveitar, em não tendo um lucro maior, vão demitir os empregados, o que poderá ocasionar um grande caos social.

O Sr. Ferrari Júnior — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Realmente, a preocupação de Vossa Excelência, no que se refere ao número de prestações, especialmente para eletrodomésticos, e Vossa Excelência se refere inclusive ao televisor, sua preocupação me parece das mais válidas, pelos aspectos, inclusive abordados.

Contudo, segundo notícias veiculadas pela imprensa hoje, com a instituição do novo pacote financeiro do Governo, automaticamente cai a decisão anterior do Conselho Monetário Nacional, que previa o crédito de, no máximo, quatro meses. Seria uma maneira desesperada que encontrava o Governo então, para coibir, para tentar diminuir a inflação que já acabava efetivamente com este País. Somente para isto solicitei o aparte a Vossa Excelência.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Muito obrigado, ilustre Deputado Ferrari Júnior. Tomara que o Governo volte atrás nesta decisão que foi tomada de maneira precipitada há uma semana atrás. O nosso desejo é que o Governo olhe também para o lado desta gente que corre o sério risco do fantasma do desemprego. O nosso apoio ao Presidente, no congelamento dos preços dos alimentos.

E, por último, que a Polícia Federal, que os órgãos de fiscalização do Governo sejam acionados para prender os gráudos. Por que estamos vendo que a Polícia Federal chega nos supermercados e prende os gerentes que são os assalariados também na empresa. Prende os assalariado que ganha Cz\$ 800,00 por mês, e que está com a maquininha colocando preço novo. É preciso que o Governo puna estes homens que tentam burlar o Decreto Presidencial. Mas, acima de tudo, que o Governo tenha peito e coragem de prender os grandes.

Tivemos um exemplo no Brasil. A fiscalização chegou no Jumbo e encontrou uma remarcação de preços. Foram ver, qual é a história do Jumbo, o Senhor Abílio Diniz é homem do Governo da Nova República, faz parte do Conselho Monetário Nacional. E o que aconteceu ao Senhor Abílio Diniz? Nada. Mas aí pelo Brasil tem assalariado de Cz\$ 800,00 que está na cadeia porque estava obedecendo ordens de poderosos patrões, tipo Abílio Diniz.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Congratulo-me com Vossa Excelência quando Vossa Excelência defende as medidas que evitam a inflação e tenta também, ao mesmo tempo, defender os interesses da classe trabalhadora brasileira. Mas, gostaria de analisar com Vossa Excelência uma moeda rara na política brasileira hoje — a coerência.

Falta de coerência e falta de dignidade política do PMDB, que até ontem combatia violentamente o Decreto-Lei, entendendo ser um instrumento de ditadura. Agora, o PMDB no Poder, o PMDB que até ontem brigava com banqueiros, o PMDB que até ontem defendia um outro comportamento no Governo, passa, como se fora um passe de mágica, a defender o Decreto-Lei.

Ora, Deputado, o povo brasileiro não se deixa iludir com medida demagógica e extremamente política, quando o Governo quer transferir os efeitos dos equívocos e dos erros governamentais para daqui a um ano. Como é o caso deste Governo, pretendendo congelar preços e salários para restabelecer a verdade somente daqui a um ano.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Até quinta-feira o PMDB não era Governo.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Até há pouco tempo o PMDB não era Governo. O PMDB estava brigando, esteve insatisfeito com o casamento com a Frente Liberal.

Entendemos que na verdade o PMDB é o partido dos "camaleões" da vida política brasileira.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Muito obrigado, ilustre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Senhor Presidente, encerramos, pedindo o apoio desta Casa para o nosso requerimento ao Senhor Presidente da República.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra à Liderança do PDS, Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvi atentamente o nobre Deputado Antônio Belinati quando ele, como de resto toda a Nação, está apoiando as medidas governamentais na área da economia brasileira.

São medidas preconizadas há muitos e muitos anos por todos aqueles homens que têm uma certa vivência com a vida pública nacional, principalmente aqueles ligados ao comércio e à indústria.

E tenho absolutamente certeza que a situação não poderia permanecer como estava. Este País havia se transformado num imenso cassino. Era uma

ciranda infernal de papéis rendendo até quando o dono do dinheiro dormia.

É evidente que no instante que o Governo e o sistema bancário nacional fossem chamados para pagar a conta iria faltar dinheiro.

Então, essas medidas teriam que vir como vieram, não interessa se através de leis do Congresso Nacional, se através do Decreto-Lei tão combatido pelo PMDB fora do poder, mas elas, efetivamente, precisavam ser implantadas.

Agora, não justifica este clima de emotividade que cercam as primeiras medidas.

Discordo quando o Deputado Antônio Belinati faz um apelo para que o Governo baixe outro decreto-lei ou mande uma mensagem ao comércio proibindo ao comércio e à indústria a demissão de funcionários.

O comércio segue uma lei natural, é a lei da oferta e da procura e não será uma lei, um decreto que modifica uma estrutura existente há séculos.

É evidente que no instante em que se desaquecer a economia, o comércio e a indústria terão que proceder demissões tantas quantas forem necessárias para o equilíbrio de contas da empresa privada.

Também, o temor, estou de pleno acordo com o Deputado Ferrari Júnior, quando ele tranqüiliza o nobre Deputado Antônio Belinati com relação ao número de prestações do comércio a prazo. É evidente que o pacote econômico eliminou estas medidas que foram tomadas como uma tentativa de segurar a inflação desaquecendo a economia que foi realmente implementada em 1985, pelos reajustes salariais acima do INPC.

Mais uma vez ficou provado que o comércio tem leis próprias, imutáveis, que o dinheiro não agüenta desaforos, que o que o Governo quis fazer para segurar, para acabar com a recessão e promover o desenvolvimento, não tinha bases seguras, sólidas e acabou desaguando numa inflação de 400 por cento ao ano, mais de 15 por cento ao mês, o que forçou o Governo agora tomar estas medidas.

Mas, é evidente que o problema do crediário agora vai se normalizar.

Mas, nós precisamos, principalmente os políticos, apoiar estas medidas do Governo, sem olhar cor partidária, sem nos atermos a diferenças políticas, nós precisamos apoiar estas medidas do Governo, porque elas virão acima de tudo estabilizar a moeda nacional. Isto é importantíssimo, porque a Nação não poderia continuar assistindo àquele espetáculo da degradação moral do nosso dinheiro em consequência do povo brasileiro.

O Sr. Ferrari Júnior — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Erondy, estou acompanhando com interesse a apresentação de Vossa Excelência, e nos parece que este assunto do Governo Federal, que chegou em boa hora, pode servir, inclusive, para o povo brasileiro entender que não é à classe política a quem se deseja jogar todos os erros deste país, a única responsável pelos insucessos que ocorrem no Brasil.

Quando as coisas são bem feitas, raramente, a classe política é lembrada, quando ocorre um equívoco, quando ocorre um engano, a culpa, via de regra, é debitada à classe política e com essa medida tomada pelo Governo, nós pudemos notar que em dois ou três dias apenas, que a classe política fez a sua parte, a discussão passou pela classe política pelo menos em termos de lideranças partidárias ou aquelas que dão sustentação à Nova República e agora o assunto vai ser debatido amplamente

pelo Congresso Nacional, contudo nós pudemos observar que tudo gira em função daqueles que manipulam os preços no País, não são só os supermercados, é evidente, todo o comércio, indústria, atravessadores, etc.

Acho que seria a grande oportunidade agora, me parece está sendo, Deputado, eu não sei se eu estou conseguindo me expressar bem, de a classe política mostrar à Nação que ela é bem intencionada, que ela tem grandes figuras e que não é a responsável por tudo o que ocorre neste País durante tanto tempo.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado, pelo aparte de Vossa Excelência. Comungo com ele evidentemente, mas a classe política agora tem um papel especial na consolidação destas medidas, com relação à economia nacional, principalmente o Poder Executivo da Nação, que precisa congelar também a corrupção, o empreguismo, a malversação do dinheiro público, porque a Nação também espera que a classe política cumpra com o seu dever.

É evidente que nós prestemos um papel muito importante na consolidação dessas medidas econômicas, cobrando, exigindo do Governo que acabe com o empreguismo, vem o próprio Ministro da Administração Aloísio Alves e diz à Nação, estarecido, que sobram quinhentos mil funcionários recebendo pelos cofres da Nação, sacrificando ainda mais o comércio, a indústria, o assalariado, agravando o problema do déficit público que chega a um quatrilhão de cruzeiros.

O Governo precisa, efetivamente, demonstrar que ele também vai dar a sua contribuição, o seu quinhão de sacrifício para a manutenção dessas medidas. Sem esse esforço do Governo, da classe política, nós não acreditamos que o Governo possa manter, zerar a inflação, apenas com o congelamento temporário de preços e salários, que nós vivemos num País sujeito hoje a fenômenos climáticos, que arrasam com safras, que frustram efetivamente a política econômica do Governo.

Uma safra frustrada representa a importação de alimentos básicos para a mesa do brasileiro e o dinheiro para comprar esse alimento lá fora e o dinheiro para cobrir o déficit interno, de onde vem? Se o Governo não pode mais jogar as suas ORTNs no mercado puxando os juros para cima, então o Governo precisa enxugar as suas próprias despesas, acabar com os privilégios, inclusive os nossos, nobre Deputado, pagarmos imposto de renda sobre a nossa parcela fixa, dos militares, dos magistrados, é hora de sacrifício para toda a Nação, não apenas para o homem do comércio, o homem da indústria, para o agricultor, para o assalariado.

A classe política tem um papel muito importante na consolidação dessas medidas.

O Sr. Ferrari Júnior — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Eu comungo com Vossa Excelência, acompanho o seu raciocínio, concordo plenamente com ele e espero que tudo o que Vossa Excelência observou aconteça, que não caia somente o sacrifício para o povo, para o trabalhador, para o empresário, para o pequeno, médio ou grande, mas também para a classe política, porque hoje o povo brasileiro está vendo que o sinônimo da corrupção — neste País, é grande, mas quando se pretende jogar somente sobre a classe política, eu repito com entusiasmo e com alegria, vejo na classe política homens

dignos, a grande maioria, esmagadora maioria, mas hoje também Excelência é preciso que se diga, que a remarcação indevida de preços também parece-me transformou-se numa grande corrupção neste País.

O SR. ERONDY SILVÉRIO- Muito bem, eu estou de pleno acordo com Vossa Excelência.

Senhor Presidente e nobres Deputados, para terminar, nós sabemos que não tem amparo legal, que não tem amparo de lei a tese que levantamos, mas quando Sua Excelência o Presidente da Casa era Líder do PMDB neste Poder, quando o Ministro do Meio Ambiente, Deni Schwartz levantava a sua voz aqui neste Plenário pelo direito das minorias participarem da Comissão Executiva e das Comissões Permanentes da Casa, ao tempo em que a ARENA e o PDS se constituíam a maioria deste Poder, o nosso Partido, reunido, resolveu, efetivamente, dar participação ao PMDB, minoritário nesta Casa, na Comissão Executiva, e sempre respeitamos este princípio. Quando o PMDB transformou-se em maioria e em Governo, de uma forma muito salutar e elogiável e admirável, o PMDB manteve o direito das minorias de se fazerem representar nas Comissões permanentes, nas transitórias e na Comissão Executiva.

Então, eu levanto uma tese, hoje, Senhor Presidente, que as minorias, nesta Casa, esperam uma solução de Vossa Excelência, para que Vossa Excelência seja fiel à pregação do passado, para que o Partido de Vossa Excelência também seja coerente com aquilo que pregou nesta Casa, e dê cabais explicações à minoria deste Poder. Como fica agora a constituição da Comissão Executiva da Casa, quando nós vimos o Senhor Líder do PMDB, e da maioria, receber, em festas, um ex-companheiro nosso?

Quando nós vimos o 2º Secretário, Quielse Crisóstomo da Silva, ocupar a tribuna do PMDB, e anunciar ao Paraná, ao mundo político paranaense, que hoje ele passaria para o Partido do Governo e para o Partido da Maioria, nós não queremos entrar no mérito da decisão de Sua Excelência, vivemos num país democrático, onde cada cidadão é dono de seu nariz, e de seu comportamento político, este deverá ser avaliado exclusivamente pelos seus eleitores, pelo povo do Paraná. Nenhuma participação e nenhuma interferência, nesta decisão que é soberana não só do nobre Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que sempre honrou o nosso Partido, pelo seu espírito de luta, pela sua dignidade pessoal. Não queremos entrar no mérito de outros companheiros, que mudaram de sigla partidária para o Partido da Maioria, e para o Partido do Governo, mas, cremos que o posto de 2º Secretário não pertence ao Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, pertence à Minoria, que tem direito à participação na Comissão Executiva!

E, houve mesmo, na Reunião preliminar, da então Bancada do PDS, porque não existia o Partido da Frente Liberal, que aquele Deputado que mudasse de sigla partidária, escolhido naquela memorável reunião, renunciasse, posto que fora conduzido pela vontade unânime de sua bancada. Por esta razão, o nobre Deputado Gilberto Carvalho, foi rifado na sua pretensão de ser o 2º Vice-Presidente da Casa. O Deputado Basílio Zanusso, que estava em vias de ingressar em outra agremiação partidária, também sofreu restrição por parte da Bancada do PDS, e naquela oportunidade o nobre Deputado Quielse

Crisóstomo, foi escolhido para representar a Minoria deste Poder, na Comissão Executiva.

Nós queremos agora, que é meia verdade, que nós não temos o amparo da lei expressa, da lei que diz: tem que ser feito assim e não pode ser feito assim, mas, nós temos, na realidade o uso da prática, que se tornou uma praxe, neste Poder, e portanto, com força de lei.

Então, nós deixamos às mãos da Comissão Executiva uma decisão, qualquer que seja ela será a acatada pela Minoria...

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Com muito prazer.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Nobre Deputado Erondy Silvério, não façam minhas as suas vontades.

Vossa Excelência lembra, muito bem, que na reunião memorável que fizemos, para decidir das candidaturas, somente o Deputado Gilberto Carvalho anunciou que estava pretendendo sair do Partido. Eu não pretendia sair do Partido, e é um direito que tenho de contestar Vossa Excelência, porque naquela oportunidade eu não pretendia sair do PDS, e saí, hoje, depois da maioria da minha bancada ter saído.

E não existe como disse muito bem no finalzinho de seu pronunciamento, não existe amparo legal nenhum de Vossa Excelência em atribuir o cargo de 2º Secretário, que, hoje, é de quem foi eleito para o cargo.

E eu lhe digo mais: eu saí do meu Partido, do PDS, para o PMDB, depois de consultar a maioria dos eleitores que me conduziram à 2ª Secretaria, que me autorizaram a passar para o PMDB, os Deputados que me levaram e trabalharam na minha candidatura, eu consultei a maioria, Não consultei Vossa Excelência, mas consultei a maioria.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa informa que Vossa Excelência tem mais um minuto para a sua conclusão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e quero contestá-lo. Em nenhum

momento, Senhor Presidente, disse nesta Casa que o nobre Deputado Quielse Crisóstomo precisava nos consultar. Absolutamente! Ele é dono da sua consciência e do seu comportamento político. Mas, as minorias sempre tiveram uma representação na Mesa e é esta a decisão que nós queremos ouvir do Presidente da Casa, se ela ainda será respeitada daqui para a frente. Nenhuma restrição, nobre Deputado, à sua mudança de sigla partidária.

Absolutamente! Eu continuo a considerá-lo um Parlamentar cumpridor de seus deveres, um Parlamentar que sempre honrou a nossa bancada. Eu fiz esta ressalva. Não há nada pessoal.

O Sr. Quielse Crisóstomo — E a recíproca é verdadeira, só que Vossa Excelência está omitindo que eu não sou o Primeiro Secretário Membro da Mesa, a sair do Partido, e, na saída do outro, Vossa Excelência esqueceu de se referir a ele; já saiu um outro Secretário da Mesa que era do PDS e não é mais. Vossa Excelência está se equivocando.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu não tenho conhecimento desse Secretário que saiu nesta gestão. Não tenho conhecimento de nenhum membro da Comissão Executiva que tivesse mudado de Partido, ocupando uma posição na Comissão Executiva, escolhido pela bancada da Minoria, que tem, efetivamente, direito a uma participação. Pode não ter expresso em lei, mas é a praxe, a norma, que nos assegura esta participação.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) — A Mesa solicita ao Departamento de Taquigrafia que transforme em termos o requerimento do nobre Deputado Erondy Silvério, a fim de que a Mesa possa dar o devido despacho.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu encaminharei a Vossa Excelência, por escrito, o requerimento.
(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Obrigado.
A palavra está com a Liderança do PFL.
Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao iniciar, hoje, o novo período legislativo, eu quero cumprimentar os companheiros da minha Bancada, os nobres Deputados que compõem as demais Bancadas e dar as boas-vindas ao eminente Deputado Edilson Alencar, que retorna a esta Casa, para nossa alegria. É uma satisfação tê-lo aqui conosco.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho, hoje, a esta tribuna, para registrar um acontecimento marcante na data de ontem, em que o Partido da Frente Liberal realizou a sua memorável primeira convenção regional, e que transcorreu na mais perfeita ordem e harmonia, onde nós pudemos sentir o entrosamento entre os companheiros e a vontade de contribuir para o aperfeiçoamento democrático em nosso Estado e em nosso País.

Pudemos sentir o desprendimento de grandes companheiros, ao compor a Chapa do Diretório Regional, e, em seguida, a Chapa da Comissão Executiva. Duas chapas se formavam para participação da Comissão Executiva.

Pudemos notar o desprendimento do eminente companheiro Alcení Guerra, que compondo com a outra chapa conduziu o eminente ex-Senador João de Mattos Leão à Presidência do nosso Partido. Ficando Alcení Guerra como Vice-Presidente. E esta Casa, também homenageada, representada por três companheiros nossos, tendo na Secretaria Geral o eminente Deputado Ivan Gubert, como primeiro Secretário nosso eminente companheiro Werner Wanderer, e como vogal o nosso companheiro Péricles Pacheco.

O encontro de ontem foi marcante, também, com a nossa aprovação de uma moção de apoio ao Presidente José Sarney, pelas medidas econômicas tomadas. Apoio esse que o nosso Partido nunca faltou, não foi agora neste momento destas medidas tomadas, mas sempre dando apoio e dando condições para que ele pudesse atender os reclamos do povo brasileiro.

Sr. Presidente, ouvi com atenção, também, o pronunciamento do eminente Deputado Antônio Belinati, em que apoiava as medidas do Governo com certas restrições. E quero neste momento citar um trecho do pronunciamento que fiz ontem por ocasião da Convenção. Quando o nobre Deputado Belinati cita as primeiras medidas tomadas, com a diminuição do prazo das prestações, mas, também, que nós concordamos, mas, a outra em que pede, é a garantia do comércio manter os seus empregados. Eu espero que com essa nova medida possa haver a mudança nesse setor. E quero citar um trecho do pronunciamento que fiz ontem, quando eu recorri uma citação do ex-Ministro Ernane Galveas, que diz “em que

na medida em que o Estado se torna um investidor onipotente e passa a dirigir a comunidade através de símbolos e incentivos artificiais ou exigências democráticas a livre iniciativa desaparece, assim como a liberdade do consumidor e a democracia se transforma num estado totalitário”.

Por isso, nós sabemos que essas primeiras medidas hoje, com a mudança da nossa moeda, com a convenção dos débitos, não há mais necessidade destes cortes, desta diminuição, dando liberdade ao comércio e dando liberdade, também, ao consumidor.

Sr. Presidente, a Aliança Democrática inicia esse período legislativo, mais fortalecida no ânimo dos companheiros do interior que participaram e organizaram seus diretórios. E iniciamos esse período com a integração de mais um companheiro, Edgard Pimentel que passa a integrar a nossa Bancada. E espero que por esses dias nós possamos contar com a vinda de outros companheiros para a Frente Liberal, nesta grande meta que é o aperfeiçoamento democrático, é de que o liberalismo possa dar a sua contribuição nesta Nova República, e que nós confiamos, em que haja participação de todo povo brasileiro, neste momento de coragem, neste momento decisivo em que o Presidente toma essas medidas. Mas, não posso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar de fazer referência, também ao movimento dos agricultores do nosso Estado, porque ouvia no início desta sessão pronunciamentos em que pedia apoio aos nossos agricultores para dizer que nós estivemos em Brasília, no encontro do dia 20, junto com o nosso companheiro Deputado Basílio Zanusso, o Líder da Bancada do PMDB, e o Deputado Airtton Cordeiro, que representava a Bancada do PDT, e nosso eminente Presidente, Deputado Nilso Sguarezi, que no movimento das três Assembléias Legislativas, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, procurava um meio em que pudesse atender esta classe laboriosa, que é o sustentáculo desta Nação; mas, estranhamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a falta de um apoio mais direto e mais constante do nosso Governador do Estado, quando Santa Catarina deu todo o apoio aos agricultores que lá compareceram, prestigiando, e o nosso procurou quase que indiretamente não participar, não entrar nesta luta em que precisava um apoio decisivo, a sua permanência, o seu acompanhamento nesta Comissão, levando ao Presidente Sarney, levando aos Ministros, a real situação de nosso Estado; porque esta greve, este movimento feito nas portas dos bancos, não visava unicamente esta seca prolongada que nós tivemos.

Nós sabemos que nossa lavoura foi danificada, e que agora, no início da colheita é que eles vão sentir mais de perto a dificuldade, porque os seus compromissos vencem-se, não só do banco, mas com o comércio e outros setores de custeio da lavoura, e não terão condições de saldá-los. É preciso que reconheça que este movimento dos agricultores é para que o Governo sinta, que com estes juros extorsivos que estão pagando, com a correção plena, não há condições de o agricultor continuar plantando.

E para não perder a credibilidade da Reforma Agrária, que tanto se fala, é preciso dar condições ao pequeno agricultor que permaneça na lavoura, que ele tenha os recursos necessários para que não abandone e venha para os grandes centros, e a propriedade cinco ou dez alqueires,

se tome nas grandes fazendas, mecanizando para a exportação do soja, e deixando os produtos de primeira necessidade em falta, e fazendo com que o Brasil venha torna-se o grande portador.

É preciso que neste momento, o Governo, através do seu Secretário da Agricultura, que conhece mais de perto, que leve ao Presidente e aos Ministros, a real situação do nosso Estado, de uma região das mais produtoras do Estado, e a que mais sofre; onde nós vemos a revolta, o suicídio de quantos agricultores da região do Vale do Ivaí. Nós acompanhamos lá de perto, nós assistimos a luta, a seriedade daqueles agricultores que participaram deste movimento, mas, de um movimento pacífico, fazendo com que o Governo entendesse da real necessidade, para que eles não abandonem; e nós precisamos fazer com que o agricultor possa permanecer na agricultura. Permanecer produzindo, e não venha inchar os grandes centros, para intranquilidade no dia de amanhã.

Nós temos que garantir a permanência, para que possa garantir também uma reforma justa, uma Reforma Agrária que possa induzir o maior plantio, a maior produção, a maior segurança, e é com apoio na agricultura, que nós daremos esta segurança, ao nosso povo, principalmente ao trabalhador mais sofrido.

Muito obrigado.— (*Sem revisão do orador*).

O SR. PRESIDENTE (*Nilso Sguarezi*) — Encerrando a Hora das Lideranças, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, pelo PCB.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há décadas, os comunistas brasileiros lutam por uma política econômica voltada aos interesses dos trabalhadores.

Neste final de semana passada, o atual Governo Federal lança um Programa com medidas dirigidas fundamentalmente a conter a inflação.

Evidente que, nos marcos de um sistema capitalista, não são os trabalhadores unicamente os beneficiados, nem talvez, dependendo do desenrolar do processo de execução das medidas, os mais beneficiados. Outros setores econômicos, provavelmente o sejam. No entanto, o PCB, através da sua direção estadual, reunida neste final de semana, sábado e domingo em Maringá, para tratar de outros assuntos, decidiu incluir na pauta da sua reunião, uma avaliação preliminar a respeito da existente medida.

Mesmo tendo a nossa direção nacional agendado uma reunião que se realiza no Rio de Janeiro, nesta tarde, da qual será aprovada uma nota à população do pronunciamento oficial do Partido que trarei ao conhecimento deste Poder, na tarde de amanhã, mesmo tendo em vista este fato, creio ser da maior importância, aproveitar esta tarde, para registrar o pensamento majoritário aprovado nessa reunião do Paraná.

Em síntese, avaliamos como positivas as medidas. Posicionamento favorável a que sejam cumpridas, recomendando a que todos os militantes do Partido, participem junto com o povo, das ações e das mobilizações destinadas a fazer cumprir a fiscalização necessária, particularmente no congelamento dos preços. É evidente que algumas ressalvas foram feitas, que transformamos em reivindicações a serem incorporadas nesse plano aprovado

na sexta-feira e que como muito bem o Ministro Dilson Funaro anunciou, está aberto a reformulações e aprimoramentos. E as sugestões que os comunistas do Paraná apresentaram à direção nacional e que amanhã teremos aqui a resposta, foram: primeiro - a estabilidade no emprego pelo prazo de pelo menos um ano, a exemplo das demais medidas também aprovadas pelo prazo de um ano. Mas, é injustificável que não se tenha estabelecido já juntamente com a escala móvel, com o salário real, a estabilidade no emprego por um ano.

Segundo - a suspensão da remessa de lucros, juros e "royalties" para o exterior, também, pelo prazo de um ano. Se não é uma medida possível de ser aplicada no momento e até entendemos que como tática de Governo, tenha deixado para pouco mais adiante, após ter conseguido com essa medida tomada, como muito bem demonstram os inquéritos de opinião pública, o amplo respaldo da maioria da população, mas, que ela seja assim uma medida a ser adotada no curso da execução do projeto, já que a questão da dívida externa é uma questão angustiante da nossa vida econômica, e a permanecer o encaminhamento que vem sendo dado até o momento, corre o risco de prejudicar o sucesso das medidas adotadas.

Portanto, a suspensão pelo prazo de um ano da remessa de lucros, juros e "royalties" para o exterior.

Com essas ressalvas, que são ressalvas que alertamos, devem ser entendidas como propostas de inclusão de aprimoramento do plano aprovado, os comunistas do Paraná decidiram orientar a população, na medida da sua capacidade, no sentido de que se organize politicamente, com vistas a dar um caráter de permanência ao seu papel de fiscalização. Não nos iludamos com o sucesso da mobilização de imediato. É importante que ela adquira um caráter de permanência e só há uma maneira de que essa realidade se imponha, que é a população, os trabalhadores, os assalariados, em especial, exigirem dos seus sindicatos, das suas associações de moradores, das associações de defesa do consumidor, enfim, dos vários organismos populares que existe uma preparação para que eles venham a ser o canal sem menosprezar nenhum outro, mas, um canal privilegiado de vigilância permanente.

Nós sabemos, todos nós, que há o risco de, passados esses primeiros dias, essas primeiras semanas de impacto, há acomodação.

Dentro desse espírito, da nossa posição em termos de prática política adotada, de fazer convocação para que se organize no sentido de adquirir a possibilidade de um controle permanente, nós achamos que também a Assembléia Legislativa do Paraná deve participar deste processo, não pode ficar omissa. Na minha opinião pessoal, a avaliação que eu faço é de que essa nossa primeira sessão legislativa ordinária, imediatamente após sexta, sábado, domingo, segunda, três dias após o Decreto, foi pobre no debate da questão, seja sob o ponto de vista da crítica, seja do ponto de vista de tentativas de aperfeiçoamento, e pobre, ou melhor, ausente, até o momento, no sentido de como esse Poder Legislativo deve participar e pode participar desse processo necessário de vigilância.

Eu tomo a liberdade de iniciativa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de apresentar aqui algumas sugestões nesse sentido de que nós preenchamos esse espaço, sob o risco de contribuímos para que o descrédito

que inegavelmente acomete o Poder Parlamentar brasileiro em qualquer nível perante a população venha a se aprofundar numa fase, num momento importante da vida política brasileira, e é inadmissível que o Poder Legislativo fique omissos. Eu acho que, além dos pronunciamentos, dos discursos, é importante tentar operacionalizar e utilizar a estrutura do Poder Legislativo e dos seus integrantes no sentido da participação junto à população nesta tarefa.

E aí, uma primeira sugestão de que a Presidência da Casa, ou a Mesa Executiva - dirijo-me à Presidência porque parece-me mais apropriado - faça a convocação da Comissão de Defesa ao Consumidor deste Poder, que não foi sequer instalada durante o ano de 1985, cujos Deputados integrantes, tanto quanto os demais, devem ter a responsabilidade de tentar discutir, de tentar servir como sustentação, como apoio junto à população nesta tarefa que se impõe.

Eu acredito que, Senhor Presidente, que a Mesa Executiva poderia convocar uma reunião extraordinária desta Comissão - aponto aqui a data de quarta-feira, mas, eu gostaria que tivesse sido hoje, imaginei que pudesse ser amanhã. No entanto, pelo adiantado da hora, pela possibilidade de convocação, eu acredito que na quarta-feira, depois de amanhã, no período da tarde, 16, 17 horas uma reunião da Comissão de Defesa ao Consumidor, e não só dos Parlamentares da Comissão, acho que todos os demais Parlamentares da Casa deveriam estar presentes participando de um processo de discussão, convidando também, por exemplo, a Promotoria Especial de Defesa ao Consumidor, criada em dezembro deste ano, pelo Governo do Estado, convidando também, a SUNAB do Paraná, os sindicatos, enfim, as entidades que já têm se mobilizado e que vêm participando para, junto com os Parlamentares deste Poder, se encontrar uma forma de poder realmente contribuir com esse processo. Esta é a primeira sugestão.

A segunda sugestão, Senhor Presidente, é que se considere a sessão do próximo dia 6, quinta-feira, como uma Sessão Especial - não estou aqui requerendo uma sessão especial mas, que tenha um caráter especial reservado através de uma orientação aos Senhores Parlamentares, em especial às Lideranças dos partidos políticos, de orientação no sentido de que se comemore, neste dia, aqui neste Poder, através de pronunciamentos, o "Dia Internacional da Mulher", que se comemora formalmente no dia 08 de março de cada ano, mas, pelo fato de, neste ano, cair num sábado, evidente que está prejudicada qualquer participação deste Poder, pelo menos no âmbito da Casa, neste aspecto. Que se considere que no dia seis, quinta-feira, os pronunciamentos se orientem, sejam voltados a esta questão da mulher, que no conjunto da sociedade hoje, pela repartição do trabalho que a sociedade capitalista nos impõe, é a mulher que vem assumindo e aí estão os noticiários e as reportagens mostrando, vem assumindo a frente da luta de controle do congelamento de preços.

Temos conhecimento, inclusive, que a Associação de Donas de Casa de Curitiba, e várias outras entidades do Paraná, no âmbito das mulheres, pretendem nesta quinta-feira, dia seis, aqui na Assembléia, no período da tarde, se reunir para discutir a questão e tentar realizar um

trabalho conjunto, como já vem realizando nestes dias, sem nenhuma organização, sem nenhum planejamento.

Penso que seria da maior importância que também aqui, através dos pronunciamentos dos líderes partidários e dos Srs. Deputados que fosse dada a conotação para o dia 06, da comemoração do "Dia Internacional da Mulher".

São estas duas sugestões que tomamos a iniciativa de apresentar aqui neste Poder, hoje.

Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Quielso Crisóstomo, constante do expediente, comunicando que no dia 31 de janeiro próximo passado, passou a integrar a Baicada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, com representação nesta Casa de Leis.— À Diretoria Legislativa, para as devidas anotações.

Ofício n.º 004/86 subscrito pelo Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, comunicando que a partir do dia 13 de fevereiro último, está filiado ao Partido Democrático Trabalhista - PDT, passando a integrar a sua representação parlamentar neste Poder.— À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio.— *Apoiado.* À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio.— *Apoiado.* À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio.— *Apoiado.* À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio.— *Apoiado.* À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio.— *Apoiado.* À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio.— *Apoiado.* À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Sobre a mesa,

requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Brinski, ocorrido no dia 3 de março do corrente ano, nesta Capital.— *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar

pelo falecimento do Sr. Alfonso Francisco Ulrich, ocorrido no dia 8 de fevereiro do corrente ano, no Município de União da Vitória.— *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Joanina Sobota, ocorrido no Município de União da Vitória.— *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Zelindo Branco, ocorrido no dia 29 de dezembro passado, no Município de Joaçaba.— *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Monguel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ayrton Gambassi, ocorrido no dia 21 de fevereiro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa.— *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Cabianchi, ocorrido no dia 2 de março do corrente ano, no Município de Santa Isabel do Ivaí.— *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Baldo, ocorrido no dia 3 de março do corrente ano, no Município de Ivaiporã.— *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Joana d'Arc Lupion Gándara, ocorrido nesta Capital.— *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Otair Medina, ocorrido no dia 28 de fevereiro do corrente ano.— *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo surgimento do Jornal "Paraná Oeste", no Município de Cascavel.— *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Antonio Belinati e Caíto Quintana, respectivamente Líderes do PFL, PDS, PCB, PDT e PMDB, constante do expediente, solicitando a prorrogação por sessenta dias, dos trabalhos das Comissões Técnicas da Casa.— *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando regime de urgência aos Projetos de Lei n. 187/85, 281/85, 294/85, 295/85, 169/85, 250/85 e 286/85.— *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Resolução n. 147/85, que autoriza a realização de plebiscito em área que especifica, no Município de Tapira.— *Aprovado.* À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Resolução n. 203/84, que visa aprovar Relatórios Final e Parciais da CPI da Corrupção e dá outras providências.
Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (*Pela Ordem*) — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Nilso Sguarezi*) — A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

(*É procedida a verificação de votação*)

4 Srs. Deputados aprovam; 3 Srs. Deputados rejeitam.
Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n. 169/85 e 187/85

Levanta-se a sessão.

DECRETO LEGISLATIVO N. 14/86

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

I - exonerar, a pedido, MARIA MORAES NACLI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora Jurídica, da Diretoria da Procuradoria.

II - exonerar, a pedido, MARIA LUCIA MORAIS VEZOZZO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Fuad Nacli.

III - prover, MARIA MORAES NACLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Fuad Nacli.

IV - prover, MARIA LUCIA MORAIS VEZOZZO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Procuradoria Jurídica, da Diretoria da Procuradoria.

Palácio "XIX de Dezembro", em 31/01/86

NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.15/86

aposentar compulsoriamente IZIDORO CECCON, matrícula n.071, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "B", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art.138, item III, combinado com o Art.141, da Lei n.6174, de 16 de novembro de 1970, com proventos proporcionais acrescidos de quatro (04) quinquênios incorporados de acordo com o Art.170 e parágrafo único, da mesma Lei, Função Gratificada, símbolo 1-F, de acordo com o Art.140, item III, da referida Lei e cem por cento (100%) do respectivo, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, nos termos do Art.6.º, da Lei Complementar n.21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n.11960/85)

DECRETO LEGISLATIVO N.16/86

designar NELITA RIBEIRO HARTMANN, matrícula n.343, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe do Setor da Ordem do Dia, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Protoc. n.9917/85)

DECRETO LEGISLATIVO N.17/86

I - exonerar, a pedido, DIÓGENES ALENCAR FURTADO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

II - prover, SANDRO ALENCAR FURTADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

(Protoc. n.528/86)

DECRETO LEGISLATIVO N.18/86

I - exonerar, a pedido, THEMIS MARIA GUBERT, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nelson Vasconcellos.

II - prover, JOSÉ UMBERTO ROMAGNOLLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nelson Vasconcellos.

(Protoc. n.531/86)

DECRETO LEGISLATIVO N.19/86

I - exonerar, a pedido, RENATO SPADA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Sergio Spada.

II - prover, TELMO DA ROSA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Sergio Spada.

(Protoc. n.382/86)

DECRETO LEGISLATIVO N.20/86

alterar no artigo 1.º, do Decreto Legislativo n.178, de 30 de abril de 1985, o seguinte:

m - Diretoria Administrativa 1.450

DECRETO LEGISLATIVO N.21/86

I - exonerar, a pedido, JOSÉ LÁZARO DUMONT, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do cargo de Chefe de Gabinete da Frente Liberal (PFL).

II - prover, JOSÉ LÁZARO DUMONT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor do Gabinete da Frente Liberal, de acordo com a Lei n.8248/86.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04/02/86

NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.22/86

mandar pagar a SANDRA MILANTONIO JAHN, filha da ex-funcionária deste Poder, MAI FAIR PERINE, falecida no dia 17 de novembro de 1985, a importância de Cr\$ 1.315.710 (Hum milhão, trezentos e quinze mil e setecentos e dez cruzeiros), correspondente a 11/12 (onze doze avos) do mês do vencimento, a título de décimo terceiro salário, de acordo com o Art.3.º, da Lei n.7.770, de 13 de dezembro de 1983.

(Protoc. n.12491/85)

DECRETO LEGISLATIVO N.23/86

I - exonerar, a pedido, ERNESTO HANSEN DE CASTILHO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ezequias Losso.

II - exonerar, a pedido, ALDO JOSÉ DE PAULA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Ezequias Losso.

III - prover, ALDO JOSÉ DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ezequias Losso.

IV - prover, MARIA CÂNDIDA BARBOZA DOS REIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Ezequias Losso.

(Protoc. n.12609/85)

DECRETO LEGISLATIVO N.24/86

I - exonerar, a pedido, MARIA CECILIA NEVES DA ROCHA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Fuad Nacli.

II - prover, JOÃO CARLOS GIONGO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Fuad Nacli.

(Protoc. n.712/86)

DECRETO LEGISLATIVO N.25/86

I - exonerar, a pedido, IZIDORO BRUNING, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Tércio Albuquerque.

II - prover, TEONIA MARIA TENÓRIO DA ROCHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Tércio Albuquerque.

(Protoc. n.694/86)

DECRETO LEGISLATIVO N.26/86

I - exonerar, a pedido, MARIA DE FÁTIMA ANTUNES BIZINELLI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ivan Gubert.

II - prover, MARLINE SPENA DE MACEDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ivan Gubert.

(Protoc. n.692/85)

DECRETO LEGISLATIVO N.27/86

Os Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a partir de 1.º de janeiro de 1986, perceberão como Subsídios, Sessões Extraordinárias e Ajuda de Custo, os seguintes valores:

SUBSÍDIOS FIXOS.....3.607.694

SUBSÍDIOS VARIÁVEIS.....11.985.920

SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS.....1.198.592

AJUDA DE CUSTO (anual).....7.961.604
(pagas em duas parcelas)

(Protoc. n.2.281/86)

Palácio "XIX de Dezembro", em 13/02/86

NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY
1.º Secretário
KIELSE CRISÓSTOMO
2.º Secretário

1.º Secretário
QUIELSE CRISÓSTOMO
2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.28/86

I - exonerar, a pedido, ANTONIO CARLOS TORRENS, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Sérgio Spada.

II - prover, ELIZABETH DE LARA TOMMASI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Sérgio Spada.

(Protoc. n.869/86)

DECRETO LEGISLATIVO N.29/86

I - exonerar, a pedido, ARMINDO ADOLFO BERGER, do cargo em Comissão, Símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Gernote Kirinus.

II - prover, RAUDINEI DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, Símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Gernote Kirinus.

(Protoc. n.905/86)

DECRETO LEGISLATIVO N.30/86

I - exonerar, a pedido, JANICE L. BARBERI ZANETTI, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete Parlamentar, do Deputado Kielse Crisóstomo.

II - prover, JOÃO ELOIR BELO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Kielse Crisóstomo.

(Protoc. 851/86)

DECRETO LEGISLATIVO N.31/86

I - exonerar, a pedido, ANA MARIA RITTA DO VALE, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessora Parlamentar, do Gabinete do Deputado Kielse Crisóstomo.

II - prover, JACY GOETTEN DE BRITO SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Kielse Crisóstomo.

(Protoc.597/86)

Palácio "XIX de Dezembro", em 20/02/86

NILSO ROMEU SQUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

KIELSE, CRISÓSTOMO

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.32/86

promover por merecimento ABIB MIGUEL, matrícula n.038, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para o cargo de Procurador.

Palácio "XIX de Dezembro", em 20/02/86

NILSO ROMEU SQUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

DECRETO LEGISLATIVO N. 33/86
prover, EGON WANDERER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Werner Wanderer.

(Protoc. n.1044/86)

DECRETO LEGISLATIVO N. 34/86

I - exonerar, a pedido, ZITO EDUARDO BIANCO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Acir Mezzadri.

II - prover, ANIBAL ASSUNÇÃO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Acir Mezzadri.

(Protoc. n. 995/86)

DECRETO LEGISLATIVO N. 35/86

I - exonerar, a pedido, EGON WANDERER, do cargo em Comissão, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Werner Wanderer.

II - prover, LILIAN CARDINAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Werner Wanderer.

(Protoc. n. 1043/86)

DECRETO LEGISLATIVO N. 36/86

prover, JOSÉ ALVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Edilson Alencar.

(Protoc. n. 1036/86)

DECRETO LEGISLATIVO N. 37/86

I - exonerar, a pedido, RENATO ALENCAR DE MEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

II - prover, RENATO ALENCAR DE MEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Edilson Alencar Barbosa.

(Protoc. n. 1097/86)

DECRETO LEGISLATIVO N. 38/86

I - exonerar, a pedido, NILDA DEGGAU, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PDT.

II - prover, NIVALDO TENÓRIO DE ALMEIDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PDT.

(Protoc. n. 949/86)

DECRETO LEGISLATIVO N. 39/86

conceder acesso na inicial da carreira de Consultor Legislativo, Classe "D", refe-

referência I, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, ao funcionário WALMOR MARCELINO, matrícula n. 159, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "D", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.8119/85)

DECRETO LEGISLATIVO N. 40/86

conceder acesso na inicial da carreira de Consultor Legislativo, Classe "D", do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, referência I, a MARCO ANTONIO MARCONCIN, matrícula n. 146, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.9526/85)

DECRETO LEGISLATIVO N. 41/86

conceder acesso na inicial da carreira de Médico, Classe "C", referência I, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, ao funcionário DANILO CERQUEIRA LEITE JUNIOR, matrícula n. 333, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.9791/85)

DECRETO LEGISLATIVO N. 42/86

promover por merecimento, CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, matrícula n. 386, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para Consultor Legislativo, Classe "A".

DECRETO LEGISLATIVO N. 43/86

I - exonerar, a pedido, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador do Conselho Superior de Administração.

II - exonerar, a pedido VERA DE OLIVEIRA FRIEDERICH, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Trajano Bastos.

(Protoc. n. 946/86)

DECRETO LEGISLATIVO N. 044/86

I - prover, VERA DE OLIVEIRA FRIEDERICH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora do Conselho Superior de Administração.

II - prover, MARGATETE KUSTER POLIDORO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Trajano Bastos.

(Protoc. n. 946/86)

DECRETO LEGISLATIVO N. 045/86

conceder à LIGIA DE SOUZA VEIGA, viúva do

Curitiba, segunda, em 03.03.86

ex-Deputado Estadual Dino Veiga, falecido no dia 20 de dezembro de 1985, pensão mensal no valor de seis (06) salários mínimos regional, nos termos das Leis ns. 4.763 e 54, de 05 e 22 de novembro de 1963, com nova redação dada pelas Leis ns. 6.468, de 18 de outubro de 1973 e 6.911, de 02 de setembro de 1977, e Art. 1.º, da Lei n. 7.568, de 11 de janeiro de 1982, respeitados o Art. 3.º e respectivos parágrafos.

(Protoc. n. 689/86)

DECRETO LEGISLATIVO N. 046/86

Readmitir, EXPEDICTO MILCZEWSKI, na carreira de Oficial Legislativo, Classe "D", referência I, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de acordo com o Parecer n. 06, do Gabinete da Procuradoria.

(Protoc. n.6508/85)

DECRETO LEGISLATIVO N. 047/86

Readmitir, NILTON IMTHON BUENO, na carreira inicial de Oficial Legislativo, Classe "D", Referência I, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.6466/85)

DECRETO LEGISLATIVO N. 048/86

aposentar a pedido, nos termos dos Arts. 138, item III, 140, item III, 170 e parágrafo único, 171 e parágrafos 1.º e 2.º, da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970, JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO, matrícula n. 047, ocupante do cargo de Médico, Classe "A" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondentes à Simbologia DAS-4, acrescidos de cinco (05) quinquênios e cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com a supracitada Lei; cinco (05) triênios incorporados, nos termos do Art. 4.º e parágrafo 1.º, da Resolução n. 02/64, e cem por cento (100%), do respectivo vencimento, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6.º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n.713/86)

DECRETO LEGISLATIVO N. 049/86

aposentar a pedido, nos termos do Art. 138, item II, Art. 140, item III e Art. 170, parágrafo único da Lei n.6174, de 16 de novembro de 1970, ALSTON XAVIER DA SILVEIRA, matrícula n. 372, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "C", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondente à Simbologia DAS-4, acrescidos de cinco (05) quinquênios incorporados e cinco (05)

triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, parágrafo 1.º, da Resolução n. 2/64, e cem por cento (100%) do respectivo vencimento, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, nos termos do Art. 6.º da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 691/86)

DECRETO LEGISLATIVO N. 050//86
aposentar a pedido, nos termos do Art. 138, item II e Art. 140, item III, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, ATTILIO PEREIRA DE LIMA, matrícula n. 478, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Classe "A"- Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à Simbologia DAS-4, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º e parágrafo único da Resolução n.2/64, cinco (05) quinquênios e cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com os Arts. 170 e parágrafo único, e 171 e parágrafos 1.º e 2.º, respectivamente da referida Lei 6.174, e cem por cento (100%) do respectivo vencimento, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, nos termos do Art. 6.º da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 292/86)

DECRETO LEGISLATIVO N. 51/86
prover, THARCÍLIO GAMARROS DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Edilson Alencar.

(Protoc. n. 1142/86)

DECRETO LEGISLATIVO N. 52/86
prover, TOKIKO DODO, para exercer o cargo em comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Edilson Alencar Barbosa.

(Protoc. n. 1144/86)

DECRETO LEGISLATIVO N. 53/86
conceder a JUAREZ TIBILETTI, adido a este Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista, do Gabinete da 2.ª Vice-Presidência.

(Protoc. n. 1075/86)

DECRETO LEGISLATIVO N. 54/86
prover, ELIZEU PIPERNO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

(Protoc. n. 1133/86)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28/02/86.

NILSO ROMEU SGUAREZI

. Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário
KIELSE CRISÓSTOMO
2.º Secretário

Portarias:

PORTARIA N. 12/86

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

conceder à funcionária VALDOMIRA DEMETERCO, matrícula n. 228, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1985, a partir de 04 de fevereiro de 1986.

(Protoc. n. 717/86)

PORTARIA N. 13/86

I - revogar a Portaria n. 179/83, que designou para prestar serviços como Motorista do Gabinete da Liderança do PMDB, o funcionário IVO MACHADO, ora à disposição deste Poder;

II - revogar a designação do funcionário ANIBAL ASSUNÇÃO, do Gabinete da Liderança do Governo; e,

III - designar os funcionários acima citados, para prestarem serviços no Gabinete da Diretoria Geral.

(Protoc. n. 579 e 580/86)

Gabinete da Diretoria Geral, em 04/02/86.

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral

PORTARIA N. 14/86

mandar cortar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art.150, da lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6.742, de 03 de dezembro de 1975, deste Poder, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o período das férias conforme especifica:

JOGUIBE MANSUR - Mat. 312	2 meses	1985.
ALSTON XAVIER DA SILVEIRA - Mat. 372	2 meses	1985.
OSVALDO MARQUES - Mat. 380	2 meses	1985.
ACIR VILLATORE - Mat. 364	2 meses	1985.
LORIS CORDEIRO DE BARROS - Mat. 128	2 meses	1985.
LUIZ ANTONIO CARON - Mat. 301	2 meses	1985.
ENIO SANTANGELO MALHEIROS - Mat.4/5	2 meses	1985.

(Protoc. ns. 014, 296, 298, 310, 409, 535 e 540/86, deste Poder)

PORTARIA N. 15/86

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JOGUIBE MANSUR, matrícula n. 312, ocupante do cargo de Consultor Legislativo Classe "D", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 5.º quinquênio, compreendido entre 31 de julho de 1979 a 31 de maio de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4.º quinquênio e das férias relativas aos anos de 1979, 1980, 1981 e 1982, contadas em dobro.

(Protoc. n.12567/85)

Gabinete da Diretoria Geral, em 05/02/86.

ENIO SANTANGELO MALHEIROS
Diretor Geral

PORTARIA N. 16/86

conceder ao funcionário LUIZ FERNANDO GOTTARDI, matrícula n. 546, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1986, a partir de 03 de março de 1986.

(Protoc. n.986/86)

Gabinete da Diretoria Geral, em 19/02/86.

ENIO SANTANGELO MALHEIROS
Diretor Geral

PORTARIA N. 17/86

mandar contar, para efeitos de aposentadoria, nos termos da Lei n. 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n. 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de ALSTON XAVIER DA SILVEIRA, matrícula n. 372, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "C", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (08) anos, sete (07) meses e dez (10) dias, períodos compreendidos entre junho de 1956 e março de 1957, julho de 1957 a dezembro de 1962, janeiro de 1963 a março de 1965, em que

Curitiba, segunda em, 03.03.86

prestou serviços em atividades regidas pela Lei Federal n. 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. n.691/86)

PORTARIA N. 18/86

mandar contar, para efeito de aposentadoria, nos termos da Lei n. 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n. 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de ALMIR OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula n. 190, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Classe "A" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de cinco (05) anos e sete (07) dias, compreendido entre 15 de janeiro de 1958 e 21 de janeiro de 1963, em que prestou serviços em atividade regida pela Lei Federal n. 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. n. 12040/85)

Gabinete da Diretoria Geral, em 27/02/86.

ENIO SANTANGELO MALHEIROS
Diretor Geral

PORTARIA N. 19/86

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n. 603/84, à funcionária MARILU FANCHER BECKER, matrícula n. 438, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.1084/86)

PORTARIA N. 20/86

conceder a JAIRTO EDUARDO GUIMARÃES FONTOURA, funcionário da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, ora à disposição deste Poder, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1986, a partir de 03 de março de 1986.

(Protoc. n.1137/86)

Gabinete da Diretoria Geral, em 28/02/86.

ENIO SANTANGELO MALHEIROS
Diretor Geral

PORTARIA N. 21/86

designar, EMILISA CURI DE MACEDO, funcionária contratada deste Poder, para prestar serviços na Coordenadoria do Serviço Médico, como Psicóloga.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04/02/86.

ENIO SANTANGELO MALHEIROS
Diretor Geral